

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2009 / 2010



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA, DO EXÉRCITO PORTUGUÊS OU DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

A COOPERAÇÃO CIVIL – MILITAR E OS ASSUNTOS CIVIS
NA DOCTRINA MILITAR NACIONAL

TELMO LAU HING
MAJOR DE INFANTARIA



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A COOPERAÇÃO CIVIL – MILITAR E OS ASSUNTOS CIVIS NA DOCTRINA MILITAR NACIONAL

MAJ INF Telmo Hing

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2009/10

Lisboa 2010



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A COOPERAÇÃO CIVIL – MILITAR E OS ASSUNTOS CIVIS NA DOCTRINA MILITAR NACIONAL

MAJ INF Telmo Hing

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2009/10

Orientador: TCOR INF Varela Curro

Lisboa 2010



AGRADECIMENTOS

Durante o período de realização deste Trabalho de Investigação Individual, beneficiámos de alguns apoios pessoais, aos quais é de elementar justiça expressar o nosso mais profundo reconhecimento e gratidão.

O nosso primeiro agradecimento pessoal é para a célula do G9 do Comando das Forças Terrestres, na pessoa do Maj Inf Jesus Carvalho que facilitou o nosso trabalho de pesquisa, contribuindo em muito para a execução desta tarefa, quer a nível de apoio bibliográfico, pela documentação fornecida, quer pela disponibilidade e tempo dispendidos na actualização de dados relativos a este trabalho.

Gostaríamos também de agradecer ao General Espírito Santo, ao TCor Eng Vale do Couto, 2º Comandante do RE 1 e ao TCor Art Mariano Alves, G9 da BrigInt que se disponibilizaram prontamente para nos comunicar as suas opiniões e experiências relativas a esta área.

Por fim, não poderia de deixar aqui uma palavra de apreço ao TCor Inf Varela Curro, que para além de orientar este trabalho, apoiou com a sua experiência e conhecimento a conclusão do mesmo.

A todos, um bem hajam e muito obrigado.



ÍNDICE

Resumo	iv
Abstract.....	v
Palavras-chave	vi
Lista de abreviaturas	vii
1. Introdução	1
2. Caracterização do ambiente operacional	5
a. O ambiente operacional nos TO do Ultramar	5
b. O actual ambiente operacional	7
c. “Comparação” dos ambientes operacionais	8
d. Síntese conclusiva	9
3. Evolução do conceito Assuntos Cíveis na doutrina militar nacional	10
a. Conceito de Assuntos Cíveis	10
b. Actividades de Assuntos Cíveis	11
c. O planeamento das actividades de AssCiv	13
d. A formação das unidades de AssCiv	14
e. Exemplo de uma estrutura de Comando (Caso de Angola)	15
f. Síntese conclusiva	17
4. A doutrina CIMIC em Portugal	19
a. Conceito de CIMIC	19
b. A organização da componente CIMIC	20
c. O emprego da CIMIC	21
d. A formação CIMIC	23
e. Síntese conclusiva	24
5. A Estrutura CIMIC nas Forças Armadas Portuguesas	27
a. A Estrutura CIMIC no Comando das Forças Terrestres	27
b. A Companhia Geral CIMIC	28
c. O emprego da componente CIMIC nas FND e na FRI e os cargos internacionais nesta área	32
d. Síntese conclusiva	34
6. Conclusões	36
Referências Bibliográficas	41

Índice de Apêndices

APÊNDICE 1 - Entrevista ao Sr. Gen Espírito Santo	Apd 1 - 1
APÊNDICE 2 - Entrevista ao Sr. TCor Eng Vale do Couto	Apd 2 - 1
APÊNDICE 3 - Entrevista ao Sr. TCor Art Mariano Alves	Apd 3 - 1
APÊNDICE 4 - Quadro "comparativo" dos ambientes operacionais em estudo	Apd 4 - 1

Índice de Anexos

ANEXO A - Áreas e especialidades funcionais	Anx A - 1
ANEXO B - Comandos de unidades e unidades de AssCiv na Zona de Combate	Anx B - 1

Índice de Figuras

Figura 1 - Reuniões entre as autoridades militares e as autoridades cíveis	17
Figura 2 - As três componentes da capacidade CIMIC nacional	19
Figura 3 - Tarefas a desempenhar pelos elementos de EM CIMIC	22
Figura 4 - Organograma da CGerCIMIC	29



RESUMO

Com a evolução do ambiente operacional, fruto da presença constante e activa das diversas organizações (internacionais, governamentais, não governamentais), que também apelam pela atenção dos Órgãos de Comunicação Social para as suas causas, o comandante militar, actualmente, vê-se rodeado de diversos actores, além da população e das autoridades civis e locais, que normalmente encontrava na sua Área de Operações. Desta forma, era inevitável não estabelecer contacto com eles, daí que viu-se na necessidade de criar, manter e desenvolver essa ligação, para que conseguisse transformar esta possível ameaça numa oportunidade com vista a facilitar o cumprimento da sua missão.

Esta relação com a população e as autoridades civis e locais já era tida em conta na altura da guerra do Ultramar, em que as Forças Armadas já detinham um certo conhecimento desta área, (que apelidaram de **Assuntos Cíveis**), chegando a elaborar **doutrina** da mesma. Com a adesão de Portugal nas várias Organizações (ONU, OTAN, EU), as Forças Armadas enviaram Forças Nacionais Destacadas para diversos Teatros de Operações, para respeitar os compromissos internacionais assumidos. Nestas missões, a relação que estabeleceram com a população e os diversos actores e entidades locais, já tinha como referência a doutrina OTAN, mais especificamente, a doutrina da **Cooperação Civil-Militar (CIMIC)**.

Neste trabalho, propusemo-nos a analisar a evolução da doutrina até chegar ao conceito de CIMIC. Desta forma, seguimos a metodologia da investigação científica, apoiados numa pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema proposto, que complementámos com a realização de entrevistas e assistência de palestras e conferências, por forma a conseguir responder ao problema em análise, consubstanciado na questão central “*Qual é o possível contributo do conceito militar nacional sobre Assuntos Cíveis para a doutrina portuguesa de CIMIC?*”

Ao longo deste trabalho, apercebemo-nos que a doutrina de Assuntos Cíveis ainda pode contribuir para incrementar a capacidade CIMIC nacional, quer na área da Doutrina, na área da Formação e Treino e na área das Forças, com especial atenção para a **Companhia Geral CIMIC**, em virtude dos anos de experiência e conhecimento adquirido nesta área. No final, serão apresentadas, algumas recomendações com vista a contribuir para a melhoria do desempenho e rentabilização desta capacidade.



ABSTRACT

With the evolution of the operational environment, caused by the constant and active presence of the diverse organizations (international, governmental, not governmental), that also appeal for the attention of the Social Agencies of Communication for their causes, the military commander, currently, sees itself encircled of diverse actores, beyond the population and civil and local authorities, that normally found in his Area of Operations. Therefore, it was inevitable not to establish contact with them, and the commander saw the necessity to create, to keep and to develop this link, so that obtained to transform this possible threat into a chance with sight to facilitate the fulfillment of his mission.

This relation with the civil and local population and authorities already was had in account in the war of Overseas, where the Armed Forces already withheld a certain knowledge of this area, (that they had nicknamed Civil Affairs), arriving to elaborate doctrine of the same one. With the adhesion of Portugal in some Organizations (UN, NATO, EU), the Armed Forces had sent National Forces for diverse Theaters of Operations, to respect the assumed international commitments. In these missions, the relation that had established with the population and the diverse actores and local entities, already had as reference NATO doctrine, more specifically, the doctrine of the Civilian-Military Cooperation (CIMIC).

In this work, we considered to analyze the evolution of the doctrine until the arriving of the CIMIC concept. We follow the methodology of the scientific inquiry, supported in a bibliographical and documentary research on the considered subject, that we complemented with the accomplishment of interviews and assistance of lectures and conferences, to obtain the answer to the problem in analysis, in the central question “Which is possible contribute of the national military concept on Civil Affairs for the CIMIC Portuguese doctrine”.

Throughout this work, we understand that the doctrine of Civil Subjects still can contribute to develop national capacity CIMIC, in the area of the Doctrine, the area of the Formation and Trainings and in the area of the Forces, with special attention for the CIMIC Support Unit, in virtue of the years of experience and knowledge acquired in this area. In the end, they will be presented, some recommendations with sight to contribute for the improvement of the performance of this capacity.



PALAVRAS-CHAVE

- Cooperação Civil-Militar
- Assuntos Cíveis
- Doutrina
- Companhia Geral CIMIC



LISTA DE ABREVIATURAS

A

AO - Área de Operações
ARRC - *Allied Rapid Reaction Corps*
AssCiv - Assuntos Cíveis

C

CEMGFA - Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CFT - Comando das Forças Terrestres
CGERALCIMIC - Companhia Geral CIMIC
CGS - *Cimic Group South*
CIMIC - Cooperação Civil-Militar
CmdOp - Comando Operacional
CNPCE - Conselho Nacional de Planejamento Civil de Emergência
COC - Centro de Operações Conjunto
CREVAL - *Combat Readiness Evaluation*

D

Dest – Destacamento

E

EBE - Estrutura Base do Exército
EM - Estado-Maior
EMGFA - Estado-Maior General das Forças Armadas
EOM - Estrutura Orgânica de Material
EOP - Estrutura Orgânica de Pessoal
EPE - Escola Prática de Engenharia
EPR - Entidade Primariamente Responsável

F

FA - Forças Armadas
FAC – Ficha de Apresentação de Curso
FG - *Force Goal*
FND - Forças Nacionais Destacadas
FOC - *Full Operational Capability*
FOPE - Força Operacional Permanente do Exército
FP - *Force Proposal*
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
FRI - Força de Reacção Imediata

H

H – Hipótese

I

IAEM - Instituto de Altos Estudos Militares
IESM - Instituto de Estudos Superiores Militares
IGE - Inspeção-Geral do Exército
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica
IOC - *Initial Operational Capability*

M

MNCG - *Multinational Cimic Group*
MOU - *Memorandum of Understanding*
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola



N

NP - Núcleo Permanente

O

OB - Ordem de Batalha

OCAD - Órgãos Centrais de Administração e Direcção

OCS - Órgãos de Comunicação Social

OG/ONG - Organizações Governamentais e Não Governamentais

OI - Organizações Internacionais

ONG - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OpPsi - Operações Psicológicas

OTAN – Organização do Tratado Atlântico Norte

P

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCE - Planeamento Civil de Emergência

PITOP - Plano Integrado de Treino Operacional

Q

QC - Questão Central

QD - Questão Derivada

QG - Quartel-General

QIP - *Quick Impact Project*

QO - Quadro Orgânico

QOM - Quadro Orgânico de Material

QOP - Quadro Orgânico de Pessoal

QP - Quadro Permanente

R

RC - Regulamento de Campanha

RE1 - Regimento de Engenharia 1

RO - Regulamento de Operações

ROE - Regras de Empenhamento

RP - Relações Públicas

S

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SFN - Sistema de Forças Nacional

SHAPE - *Supreme Headquarter Allied Powers Europe*

SNPC - Serviço Nacional de Protecção Civil

T

TO - Teatro de Operações

U

EU - União Europeia

UNIFIL - *United Nations Interim Force In Lebanon*

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA/FNLA - União dos Povos de Angola/Frente Nacional de Libertação de Angola

Z

ZML - Zona Militar Leste



“Pela nossa experiência, as missões de prevenção, gestão e resolução de conflitos têm resultados mais duradouros quando incluem missões CIMIC. Este é um vector que assume a maior importância, como aliás podemos verificar quando visitamos teatros de operações em cenários pós-conflitos. Porque hoje, ao contrário do que acontecia tradicionalmente, os militares em missões de paz não são o inimigo. Representam sim a esperança da paz, da estabilidade e do desenvolvimento”.

Ex-Ministro da Defesa Nacional Severiano Teixeira
in Contributos para uma Política de Defesa, 2009: 268

1. Introdução

Introdução ao tema e definição do contexto da investigação

Em qualquer Teatro de Operações (TO), as forças deparar-se-ão inevitavelmente, com situações que envolverão um vasto conjunto de actores cíveis, entre os quais se incluem, para além da população, as autoridades locais, líderes políticos e religiosos, Organizações Internacionais (OI), Organizações Governamentais e Não Governamentais (OG/ONG), forças paramilitares, entre outros. A frequência e o âmbito destas situações irão aumentar certamente, quer com a duração, quer com a especificidade da missão, assim como a densidade da população e a intensidade da operação.

Enquanto no passado, este relacionamento era muito restrito, dado que se pretendia evitar, ou pelo menos, minimizar a interferência da população civil e/ou de outras entidades com as operações militares, hoje em dia, essa ideia já não vigora.

Actualmente, o alargamento do espectro das operações militares levou a considerar novas formas de interacção e respectivas coordenações, em que as forças, têm de relacionar-se quase obrigatoriamente com a população civil, as autoridades cíveis e/ou militares, além de outras entidades e organizações, com a finalidade de salvaguardar os seus próprios objectivos tácticos e operacionais

Vendo isto de outra perspectiva, as forças militares podem depender das autoridades e da população civil local para obter recursos e liberdade de movimentos, podendo do mesmo modo, beneficiar do contacto com as mesmas, a fim de obter informações e facilidades de acesso à população. Nesse sentido, o propósito imediato da CIMIC é fortalecer a eficácia operacional, ou seja, criar condições que ofereçam ao comandante as mais elevadas possibilidades de obter vantagens morais, materiais e tácticas no terreno.

Assim, esta interacção com os diversos actores veio trazer uma crescente exigência de coordenação das diferentes actividades, em que o papel da CIMIC não deve ser sobrestimado nem subestimado, pois representa muito mais que a simples reconstrução de infra-estruturas e a entrega de alimentos e roupa nas comunidades locais, contribuindo



assim para a protecção da força. Podemos dizer que se criarmos um ambiente de cooperação entre a força, a população e as autoridades cíveis, estamos a contribuir para o cumprimento da missão. A aplicação correcta da doutrina de CIMIC poderá colocar o “fiel da balança” do ambiente operacional numa posição favorável ao comandante da força.

Face ao actual cenário, a componente CIMIC encerra um elevado potencial face aos valores humanos que possui, podendo através da coordenação e cooperação, e sem muitos custos, contribuir para que a credibilidade da força não seja afectada, fazendo com que esta seja aceite e apoiada no TO e que garanta a projecção da Bandeira Nacional e a visibilidade da Força e do país.

Justificação e importância do tema

Este tema reveste-se da maior **importância** no sentido de que esta área de conhecimento, cada vez se destaca mais, especialmente no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos, onde a aplicação desta doutrina tem implicações profundas no desenrolar das operações, pois pode dimensionar o impacto das operações militares na população, consoante a intenção do comandante da força, e através da ligação da mesma com as populações cíveis e as entidades institucionais, que se encontram no terreno.

Objecto do estudo e sua delimitação

Com esta investigação, o nosso Objecto do estudo é “A Cooperação Civil-Militar e os Assuntos Cíveis na doutrina militar nacional”.

Perante a abrangente área do conhecimento que o tema encerra, estabelecemos que o estudo seja delimitado à doutrina militar nacional, no que respeita ao actual conceito de CIMIC e ao antigo conceito de Assuntos Cíveis (AssCiv) das Operações Cíveis-Militares.

Objectivo da Investigação

Face ao tema proposto, como Objectivo da Investigação, propomo-nos compreender a evolução da doutrina militar nacional sobre AssCiv até chegar ao conceito de CIMIC e verificar se o anterior conceito de AssCiv não poderá contribuir para esta área de conhecimento, dado o conhecimento existente que tínhamos nesta matéria, tentando assim contribuir para a melhoria do desempenho de funções nesta área.



Metodologia da investigação científica

Para executar este trabalho, iremos seguir a metodologia da investigação científica, utilizando o método hipotético-dedutivo, apoiados numa pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema proposto, onde se procura visualizar a evolução da doutrina até chegar ao conceito de CIMIC, face à realidade da situação actual.

Esta pesquisa foi focada essencialmente em manuais doutrinários e documentos nacionais, e que complementámos com a realização de entrevistas, assistência de conferências e palestras ministradas no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), quer no curso de Estado-Maior Conjunto, quer no âmbito do curso CIMIC ministrado este ano, com entidades¹ envolvidas e relacionadas com o tema em estudo, que pela sua experiência ou pelas funções que desempenham, puderam contribuir para o desenvolvimento da investigação.

Para esta análise, pretendemos responder à **Questão Central (QC)**, que orienta o trabalho: “**Qual é o possível contributo do conceito militar nacional sobre AssCiv para a doutrina portuguesa de CIMIC?**”

Desta QC decorreram as seguintes **Questões Derivadas (QD)** a responder, após o teste das **Hipóteses (H)**, que a seguir se enunciam:

QD1 – Qual a evolução do ambiente operacional nos TO da Guerra do Ultramar para os TO actuais?

H1.1 - Desde a guerra do Ultramar até à actualidade, o ambiente operacional nos diferentes TO mantém-se idêntico na sua essência, pese embora, tenha havido uma considerável evolução tecnológica acompanhada por uma significativa mudança nos actores em presença.

QD2 - Qual é a relação entre AssCiv e CIMIC?

H2.1 - AssCiv e CIMIC são conceitos diferentes, embora estejam relacionados, em que os AssCiv englobam a CIMIC.

QD3 - Qual é a importância da doutrina de CIMIC?

H3.1 - O actual ambiente operacional é influenciado pela CIMIC.

QD4 - A componente nacional CIMIC está apta a desempenhar a missão que lhe está atribuída na doutrina CIMIC?

H4.1 - A componente CIMIC existente nas Forças Nacionais Destacadas (FND)

¹ General Espírito Santo, TCor Eng Vale do Couto (Comandante da Companhia Geral CIMIC), Maj Inf Carvalho (G9/Comando das Forças Terrestres), TCor Art Mariano Alves (G9/Brigada de Intervenção), TCor Cav Marcos de Andrade (*Cimic Staff Officer/JHQ Lisbon*) e Capitão de Mar e Guerra Sousa Ribeiro (*Multinational Cimic Group*).



está apta a desempenhar a missão atribuída no âmbito dos compromissos internacionais assumidos.

H4.2 – A componente CIMIC existente na Força de Reacção Imediata (FRI) está apta a desempenhar a missão que lhe está atribuída.

Organização e conteúdo da investigação

Este trabalho apresenta uma organização e conteúdo estruturados com uma Introdução, seguida de quatro Capítulos, terminando com as Conclusões.

Assim dedica-se o segundo Capítulo à evolução do ambiente operacional dos TO do Ultramar para os TO actuais, para conseguirmos perceber em que contexto os conceitos evoluíram. No terceiro Capítulo pretende-se caracterizar a evolução do conceito AssCiv na doutrina militar nacional até chegar ao conceito de CIMIC, focando as áreas do planeamento das actividades de AssCiv e da formação das unidades, terminando com um exemplo de uma estrutura de Comando (caso de Angola). No quarto Capítulo é apresentado a doutrina de CIMIC em Portugal e o quinto Capítulo é dedicado à estrutura CIMIC nas Forças Armadas (FA). Nestes dois Capítulos, iremos abordar a capacidade CIMIC nacional em três componentes: em termos doutrinários, na componente de treino e formação e por último, nas suas forças, especialmente focada na Companhia Geral CIMIC (CGeralCIMIC). O estudo termina com a apresentação das Conclusões e Recomendações.



2. Caracterização do ambiente operacional

Para se perceber a doutrina de AssCiv e a CIMIC, temos de compreender qual era o ambiente operacional que se vivia na altura da guerra do Ultramar e o ambiente operacional que se encontra nos TO em que Portugal tem ou teve FND, caso de Moçambique, Angola, Bósnia, Kosovo, Timor e Afeganistão.

a. O ambiente operacional nos TO do Ultramar

Neste trabalho, iremos limitar a nossa abordagem aos TO vividos em Angola, Moçambique e Guiné, em virtude de ter sido empregue nestas ex-províncias ultramarinas a doutrina nacional de Assuntos Cíveis.

Segundo Afonso e Gomes (2000: 10 e 11), as FA Portuguesas confrontaram-se com as forças organizadas pelos movimentos de libertação² de cada uma daquelas províncias, que pretendiam a sua autodeterminação e a expulsão de Portugal dos seus territórios africanos. Pela parte portuguesa, a guerra era sustentada pelo princípio político de defesa daquilo que era considerado território nacional, baseado no conceito de nação pluricontinental e multirracial.

As Campanhas no Ultramar de 1961-1974, desde do início, revelaram-se como uma luta que exigia uma relação muito próxima e coordenada, entre as FA, as Autoridades Administrativas e as populações, para que os movimentos subversivos não tivessem margem de manobra para desenvolver as suas actividades. Isso implicava uma vigilância atenta na retaguarda e uma sincronização perfeita das acções militares, diplomáticas, económicas, políticas e psicológicas (EME, 1988: 122).

Embora estivesse em causa a defesa e manutenção das províncias ultramarinas, a manobra militar só por si não conduziria ao sucesso, daí termos enveredado por outras em simultâneo, onde as operações psicológicas e a acção dos militares no apoio civil eram factores multiplicadores do potencial, com vista a conquistar as mentes e corações das populações.

Para Afonso e Gomes (2000: 106), as características principais dos movimentos de guerrilha que as forças portuguesas enfrentaram nos três TO eram a clandestinidade, a rusticidade, a mobilidade e a fluidez. Os guerrilheiros apoiavam-se em bases, que lhes serviam de refúgio e de ponto de partida para as suas acções, além de lhes garantir a segurança; isto permitia que a sua diluição na população local, a qual lhes fornecia os

² Importa ressaltar que irão ser apresentadas neste trabalho, várias denominações para as forças que se opuseram a Portugal nos três TO, (movimentos de libertação, de subversão, de guerrilha e independentistas), fruto das fontes utilizadas para a execução deste Capítulo.



recursos logísticos e operacionais indispensáveis.

Segundo Afonso e Gomes, os combates desenrolaram-se no mato, onde os movimentos independentistas³ procuraram tirar o melhor partido do meio, onde melhor se moviam e que melhor se adaptava às suas características. O conflito em Angola desenrolou-se em três grandes TO: na selva equatorial em Cabinda, nos terrenos acidentados e na densa vegetação dos Dembos no Norte e nas imensas planícies de savana, as Chanas das Terras do Fim do Mundo, no Leste.

Durante o conflito na Guiné, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) organizou-se a norte e a sul do Rio Corubal/Geba, ligando as fronteiras com o Senegal e a República da Guiné-Conacri às zonas libertadas da Coboiana, do Morés, do Cantanhez, enquanto a leste, aproveitou a baixa densidade populacional do semideserto do Boé para trânsito e promoção de acções políticas de envergadura. A divisão da Guiné obedeceu à compartimentação do terreno, mas teve em consideração as importantes clivagens étnicas e religiosas dos grupos da Guiné e os apoios que os países vizinhos deram à luta militar.

Durante o conflito em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) aproveitou a fraca implantação portuguesa no Norte e a proximidade da fronteira com a Tanzânia para desenvolver as suas acções a partir dos vales profundos das margens do lago Niassa, das zonas dos planaltos de Cabo Delgado, separadas pelo Rio Messalo e das montanhas áridas com clima extremo do Tete. O meio físico teve grande influência sobre as operações, onde a distância e as más vias de comunicação condicionaram toda a manobra militar em Moçambique (Afonso e Gomes, 2000: 13).

Estes três TO eram descontínuos e distantes da metrópole, além de haver uma desproporção entre as dimensões territoriais e os meios a eles afectos, acrescia o facto da diversidade do terreno, clima e vegetação que aliado às quase inexistentes vias de comunicações e infra-estruturas, faziam com que na AO estivessem implantadas forças de quadrícula, dado o impacto das operações militares na população ser maior.

Desta forma foi possível efectuar um esforço de pesquisa, não só orientado para o terreno e inimigo mas também para as populações, onde a comunicação também era facilitada face à língua falada nos TO e o tempo de permanência das forças no terreno.

De acordo com Afonso e Gomes (2000: 411-412), nos três TO, os efectivos das forças portuguesas atingiram, no início da década de 70, o limite crítico da capacidade de

³ Designação dada pelo MGen Menezes (2010: 193) para os seguintes movimentos: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), UPA/FNLA (União dos Povos de Angola/Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).



mobilização de recursos, devido às crescentes necessidades operacionais relativas ao alargamento das frentes de combate, da intensidade das acções de guerrilha e ao esgotamento das reservas de mobilização, além da falta de quadros profissionais. Isto levou a que a substituição de unidades ao fim de 24 meses de comissão deixasse de se cumprir. Salientamos aqui o facto de que eram dispendidos recursos económicos não só para apoio das operações militares mas também para o apoio das populações.

Durante o conflito nas províncias ultramarinas, os três Ramos eram independentes, em que cada um até tinha o seu ministro (secretário de Estado, no caso da Aeronáutica). Apesar de haver um Comandante-Chefe das FA em cada TO, estes só dispunham de um gabinete e se limitavam a coordenar os três Ramos das FA, obtendo a cooperação destes para a realização de operações conjuntas. Após 8 anos de operações militares, com a experiência adquirida no Ultramar, é publicado o Decreto-Lei n.º49/107, em 07 de Julho de 1969, em que se organiza a estrutura de comando das FA em África, passando os Comandantes-Chefes a assumir responsabilidades pelas operações militares nos respectivos territórios.

Apesar disto, foi possível projectar forças expedicionárias de mais de 100 000 homens durante 13 anos, a milhares de quilómetros de Portugal (Telo, 2010: 14).

b. O actual ambiente operacional

O ambiente operacional no qual decorre uma operação militar influencia e determina o modo como se devem empregar e articular os meios disponíveis. O comandante deve dedicar especial atenção à sua análise, de modo a aumentar as suas possibilidades de sucesso e potenciar os seus recursos.

O actual ambiente operacional que aqui pretendemos caracterizar é aquele que é presenciado pelas nossas FND, nos vários TO em que temos participado, fruto dos compromissos internacionais assumidos para com as organizações a que pertencemos: Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Europeia (UE) e Organização das Nações Unidas (ONU).

Dado que nestas missões, agimos ao abrigo de um Mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, estamos limitados nas operações que executamos, fruto também das Regras de Empenhamento (ROE) definidas, em que a proibição ou limitação do uso da força está sempre presente.

As FND actuam em conflitos cujo centro de gravidade são normalmente as populações, onde se pretende ganhar as suas mentes e corações, contribuindo assim para a



protecção e aceitação da força. Para isso, devem compreender e respeitar as leis, usos e costumes das populações, para evitar mal-entendidos ou incidentes com as mesmas, prejudicando a imagem da força e por consequência, do país.

Hoje em dia, nas AO deparamo-nos com um ambiente complexo e integrado, onde o conflito gerou movimentos de deslocados e refugiados, em zonas onde normalmente as infra-estruturas e as vias de comunicação são poucas ou inexistentes, em que o impacto das operações militares se faz sentir nas populações, o que leva à presença constante das OI e OG/ONG⁴, além dos órgãos de comunicação social (OCS), que estão constantemente a fazer a mediatização do conflito, podendo influenciar a opinião pública com uma imagem ou frase.

Face a uma ameaça, onde por vezes, estão presentes grupos terroristas e actividades criminosas, os riscos de danos colaterais e baixas são elevados, dado que estamos perante uma ameaça global que, através da internet e dos OCS, conseguem difundir a sua mensagem com maior alcance e visibilidade. Embora tenha havido um grande avanço tecnológico, esta superioridade em tecnologia não leva à vitória, embora facilite o cumprimento da missão, especialmente no que toca ao apoio logístico das FND, em que os recursos humanos e materiais são reduzidos ao essencial.

O actual ambiente operacional implica o emprego de forças através da unidade e conjugação de esforços de todo o tipo de capacidades e, por isso, caracteriza-se por ser um ambiente que privilegia as operações conjuntas, o que obriga a analisar em que medida se podem empregar todo o tipo de forças, qual a componente que em determinado momento deverá ser a componente decisiva e de que forma podem as outras componentes contribuir.

c. “Comparação” dos ambientes operacionais

Não se pode comparar o ambiente operacional do Ultramar com o vivido actualmente, nos TO em que Portugal participa com FND, porém para compreendermos a evolução da doutrina de AssCiv, temos de fazer a “ponte” para os dias de hoje. Assim iremos analisar o ambiente operacional, à luz dos factores que o determinam e o condicionam, segundo o Regulamento de Operações (RO) do Exército⁵, no Apêndice 4 - Quadro "comparativo" dos ambientes operacionais em estudo.

⁴ **ONG** - Organizações voluntárias sem fins lucrativos, privadas, com especificidades que as diferenciam do Estado, de outras organizações e/ou instituições privadas. Têm objectivos internacionais, agenda própria e estatuto reconhecido; **OG** - Organizações governamentais ou uma sua agência, que estabelece políticas, programas ou procedimentos de ajuda humanitária.

⁵ Utilizaremos o conceito do Exército por este não ser específico do Ramo (EME, 2005: 2-1).



d. Síntese conclusiva

Como dizia o General Espírito Santo: “Eram outros os tempos, diferentes os conhecimentos e menos desenvolvidas as tecnologias.” (2009: 41)

Hoje em dia as nossas FND vão para um TO, ao abrigo de um Mandato ou Resolução, limitados por regras de empenhamento nas suas acções, e deparam-se com um ambiente operacional em que, como nas províncias ultramarinas, as populações são o centro de gravidade. Para que uma força seja aceite pela população, deve compreender e respeitar as leis, usos e costumes locais, de forma a conquistar a sua mente e coração, contribuindo assim para a protecção da força. Com a presença constante de diversos actores (OI, OG/ONG) e dos OCS, a credibilidade e visibilidade da força está sempre na ribalta, não podendo facilitar no desempenho da sua missão, sob pena de perder o apoio da opinião pública.

As informações continuam a ser essenciais para o desenrolar das operações, mas sendo as missões de 6 meses, verifica-se que a confiança e a amizade entre a força, a população e as autoridades civis, sejam mais difíceis de conseguir, tendo de haver um maior empenhamento por parte da força e especialmente da componente CIMIC em manter a ligação. Embora a tecnologia seja superior e permita obter informações em menos tempo e com menor risco, nada poderá substituir a componente humana na recolha de informações e na ligação com o ambiente civil que o rodeia, e isto só poderá ser conseguido por intermédio de pessoal no terreno.

Face ao exposto, podemos dizer que o ambiente operacional actual nestes TO, embora seja complexo e integrado, mantém-se idêntico na sua essência, pois ainda temos como denominador comum as populações; a tecnologia, por muito avançada que seja, não poderá substituir o militar e as relações que este tem com a população e as autoridades civis e face à presença constante dos OCS, OI, OG/ONG e outros actores, a postura da força deverá ser sempre exemplar, de forma a ganhar a confiança da população e da comunidade internacional e visibilidade para o seu país, no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos. Desta forma, confirmamos a **H1.1** (Desde a guerra do Ultramar até à actualidade, o ambiente operacional nos diferentes TO mantém-se idêntico na sua essência, pese embora, tenha havido uma considerável evolução tecnológica acompanhada por uma significativa mudança nos actores em presença) e respondemos à **QD1** (Qual a evolução do ambiente operacional nos TO da Guerra do Ultramar para os TO actuais?).



3. Evolução do conceito Assuntos Cíveis na doutrina militar nacional

O conceito de AssCiv surgiu nos Estados Unidos em 1925, com o primeiro manual de AssCiv “*Military Aid To The Civil Power*”, e depois com a II Guerra Mundial, foi criado o Corpo de AssCiv e foram produzidos vários manuais doutrinários⁶.

Dos três Ramos das FA, apenas o Exército desenvolveu doutrina na área dos AssCiv, (baseada nas experiências vividas no Ultramar, além dos conhecimentos adquiridos⁷ com as experiências francesas na Indochina e na Argélia e com as inglesas na Rodésia e Malásia), tendo publicado, com o apoio do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) e dos Cursos de Estado-Maior, uma obra intitulada “O Exército na Guerra Subversiva”, Volume IV- “Apoio às Autoridades Cíveis”, em 1963, que abordava este tipo de conflito e o emprego da força militar terrestre no apoio às autoridades cíveis. Esta doutrina foi implementada nos TO de Angola, Guiné e Moçambique pelos três Ramos (Santo, 2009: 340).

Além desta obra, houve outras que se seguiram, que abordavam a mesma temática: Manual Escolar 1500 do IAEM de 1976, o Manual Escolar 520000 do IAEM de 1982 e o Regulamento de Campanha 130-1, Volume II, Capítulo 18, de 1987.

Segundo o Coronel Serafim (1999: 29), durante a década de 60 e 70, as FA portuguesas, especialmente o Exército, tiveram a oportunidade de aplicarem técnicas cujo alvo eram as populações cíveis africanas. Estas técnicas abrangiam três áreas: Acções Psicológicas, Relações Públicas (RP) e AssCiv, ainda que na maioria das vezes, eram aplicadas por pessoal com pouca experiência e conhecimentos para tal. Mesmo assim, após a guerra do Ultramar, as nossas FA adquiriram um conhecimento e experiência invejáveis, no que toca ao relacionamento com populações cíveis. Porém, tudo isto “ficou esquecido na gaveta da indiferença, e só num ou outro curso, quase por descarga de consciência, se falava em Assuntos Cíveis.” Apenas com a participação de FND nos Balcãs, é que se começou a voltar a ouvir este tipo de actividades, embora com outro nome – CIMIC.

a. Conceito de Assuntos Cíveis

Segundo o Manual Escolar 1500 do IAEM (1976: 3), a 5ª Repartição compreendia três áreas: AssCiv, RP e Operações Psicológicas (OpPsi).

⁶ Conforme informação recolhida durante a Palestra subordinada ao tema “A CIMIC no Processo de Planeamento Operacional”, ministrada pelo TCor Curro, no IESM em 26FEV10.

⁷ Houve militares portugueses que foram frequentar cursos de contra-subversão e contra-guerrilha em centros de instrução estrangeiro (França, Argélia, EUA, Grã-Bretanha e Espanha). Em Portugal, chegou-se a adaptar manuais franceses, além de poder-se ter assistido a palestras e conferências proferidas no nosso país, por oficiais estrangeiros como foi o caso do Coronel francês Pierre Closterman e o Tenente-Coronel Montgomery, do Reino Unido (Afonso e Gomes, 2000: 14 e 94).



As actividades de AssCiv podem ser empregues em Território Nacional, em situação normal (apoio às autoridades civis e acção cívica), em Estado de Sítio (apoio às autoridades civis e poder-se-á desenvolver também a acção cívica) e em tempo de guerra (apoio de comando, apoio governamental e apoio interno) (IAEM, 1982: I - 3 e 4).

Depois com o Regulamento de Campanha (RC) 130-1, surge o conceito de operações civis-militares, como o conjunto de actividades de apoio às operações militares, que englobam:

- A interacção entre as forças militares, as autoridades civis e a população;
- O estabelecimento de sentimentos, atitudes e comportamentos favoráveis, em grupos nacionais, amigos (aliados e outros), neutrais e hostis (beligerantes e outros).

As operações civis-militares compreendem dois tipos de actividades: os AssCiv e as OpPsi. **Os AssCiv são o conjunto de actividades de comando que abrangem as relações entre forças militares, as autoridades civis e a população, do próprio país (ou área), país amigo ou aliado e num país (ou área) ocupado, onde estejam presentes forças militares.**

O **objectivo básico** das operações de AssCiv é apoiar o comandante militar no cumprimento da missão que lhe foi atribuída. Para tal, na conduta das suas actividades, regem-se pelos **seguintes princípios**: Continuidade, Autoridade e Responsabilidade, Missão e Economia de Forças.

b. Actividades de Assuntos Cíveis⁸

(1) Formas de Apoio das actividades de AssCiv

As actividades de Ass Civ podem ser exercidas fundamentalmente de acordo com três formas de apoio:

(a) Apoio de comando – envolve um conjunto de actividades orientadas para auxiliar e complementar missões táticas, administrativas e logísticas, e o cumprimento das obrigações legais e morais do comandante militar para com a população civil na sua Área de Operações (AO). A missão principal das unidades de AssCiv de Apoio de comando é apoiar o cumprimento da missão tática das forças militares. Desta forma, as actividades de AssCiv têm como finalidades: evitar ou minimizar a interferência das populações nas operações militares e identificar e coordenar a aquisição dos recursos locais disponíveis para utilização pelas forças militares;

(b) Apoio governamental – engloba um conjunto de actividades conduzidas pelas

⁸ Conforme RC 130-1, Capítulo 18: 18-2 e ME – 520000, 1982: IV-21.



forças militares nacionais, em território estrangeiro, para apoiar e auxiliar governos e populações amigas ou aliadas. Pode assumir a forma de Governo Militar quando o território inimigo for ocupado por forças nacionais e estas tenham de estabelecer um governo, para controlar e administrar aquele território;

(c) **Apoio interno** – são o conjunto de actividades levadas a cabo em território nacional para apoiar a população e a administração (local, regional ou central) que podem ter lugar em tempo de paz.

(2) Áreas e especialidades funcionais

As actividades de AssCiv abrangem praticamente todas as actividades cíveis geralmente desempenhadas, em situação normal, pelas autoridades constituídas, podendo as actividades cíveis agrupar-se em quatro grandes áreas funcionais, em que cada uma destas áreas abrangerá um número variável de subáreas, cujas actividades serão desempenhadas por especialistas cuja designação corresponderá à da subárea, conforme se pode ver no Anexo A – Áreas e especialidades funcionais.

(3) Estrutura de operações civis-militares no TO⁹

O planeamento e conduta destas actividades são uma responsabilidade do comando de qualquer escalão, em igualdade de circunstâncias com o planeamento e conduta das operações de combate.

Para o desempenho efectivo das suas responsabilidades no âmbito das operações civis-militares, o comandante deverá dispor de uma estrutura específica e adequada que compreenda órgãos de Estado-Maior (EM) e órgãos de execução.

A responsabilidade de um comandante, no domínio específico dos AssCiv, não cessa pelo facto de não dispor de especialistas. As actividades terão de ser levadas a efeito pelo pessoal à sua disposição, o que implica a necessidade de transmitir a todos um elevado sentido de responsabilidade neste campo.

(a) Órgãos de Estado-Maior

Nos EM conjuntos ou combinados serão criadas Repartições para os AssCiv. Nas Forças Terrestres, é criada uma Repartição¹⁰ ou Secção de EM coordenador, em todos os níveis de comando até Brigada, cuja responsabilidade primária de EM, será o planeamento, coordenação e supervisão destas operações a desenvolver, em circunstâncias em tudo idênticas às das restantes Repartições de um EM Coordenador.

O chefe da 5ª Repartição será o principal conselheiro do comandante em todos os assuntos que digam respeito aos aspectos político-administrativos, económicos, sociais e

⁹ Conforme RC 130-1, Capítulo 18: 18-11.

¹⁰ Com a designação de 5ª Rep/Sec.



psicológicos das operações militares, assim como por todas as actividades que explorem as relações entre as forças militares, as autoridades civis e as populações na AO da sua unidade.

Nos escalões abaixo, a natureza das operações de AssCiv não impõe normalmente a necessidade da existência de uma Secção de EM individualizada, embora os Batalhões possam dispor de uma destas Secções em circunstâncias especiais.

(b) Órgãos de execução

Caso sejam constituídas unidades de AssCiv, estas terão de resolver diversas situações, sempre com carácter mais ou menos temporário, face à instabilidade da situação táctica, que ditará o equacionamento e procura de soluções de problemas diferentes ou diferenciados no âmbito dos AssCiv.

Uma unidade de AssCiv deverá ser composta especificamente para conduzir acções de AssCiv em apoio a um determinado escalão de comando ou administração, de acordo com os problemas específicos existentes nos seus limites territoriais, não podendo por norma, cumprir simultaneamente, missões de EM e de execução.

A organização das unidades de AssCiv deverá ser o mais flexível possível, constituindo Comandos¹¹ capazes de enquadrar as necessárias equipas funcionais, atribuídas em função da missão a cumprir e actuando sob o comando de uma unidade de AssCiv.

c. O planeamento das actividades de AssCiv¹²

Os procedimentos utilizados na elaboração dos planos de AssCiv são iguais em todos os escalões (TO, Brigada, Pelotão e Equipa), assim como nas AO (nação, província, distrito ou povoação). Estes incluem um Estudo da Missão, um Estudo da Situação¹³, o estabelecimento e implementação de um Plano de AssCiv. Nas Ordens de Operações, existe também um Anexo¹⁴ que diz respeito aos AssCiv.

O tipo e os objectivos das actividades de AssCiv são estabelecidos pela Política Nacional e directivas superiores, sendo influenciadas pelas leis, pela situação militar e pelos factores ambientais. Enquanto a Política Nacional, as directivas e as leis têm uma

¹¹ Ver Anexo B - Comandos de unidades e unidades de AssCiv na Zona de Combate.

¹² Conforme ME – 520000, 1982: I-14 e RC 130-1, 1987: 18-4.

¹³ O Estudo da Situação de AssCiv tem por finalidade habilitar o comandante com o conhecimento detalhado das características físicas, políticas, económicas e sociológicas da área de operações e a avaliação de quais os seus efeitos sobre as modalidades de acção possíveis e previstas para o cumprimento da missão. No ME 10-00-06 (Manual do Oficial do EM) de 2000 do IAEM, há um modelo anotado na página 3-59.

¹⁴ No ME 10-00-06 (Manual do Oficial do EM) de 2000 do IAEM, há um modelo anotado e um exemplo nas páginas 4-78 e 4-80, respectivamente.



certa estabilidade, a situação política e militar assim como os factores ambientais já têm tendência para mudar constantemente.

Desta forma, o planeamento e as actividades de AssCiv devem ter capacidade de adaptação para conseguirem fazer face a situações mutáveis, em que cada caso é um caso, que exige soluções baseadas nas condições existentes e em factores específicos.

Enunciam-se agora os factores mais influentes: Situação Política (Leis nacionais e internacionais, Tratados, Acordos e Directivas Políticas); Situação Militar (Missão, intensidade do conflito, proximidade do combate e fluidez das operações) e Condições Ambientais (estado de desenvolvimento, atitude da população, etnia, cultura e demografia).

d. A formação das unidades de AssCiv¹⁵

Em todos os escalões, os comandantes são responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção das possibilidades das suas unidades executarem um apoio de AssCiv às operações militares. Nas unidades de AssCiv, a instrução individual e das equipas poderá ser ministrada através de:

- Atribuição de indivíduos que possuam habilitações específicas desenvolvidas pela prática em organizações civis ou militares;
- Frequência de cursos (mesmo por correspondência) relacionados com as habilitações funcionais necessárias;
- Instrução no serviço “*on the job*” conduzida por especialistas qualificados.

As restantes unidades deverão conduzir um treino e instrução naquelas actividades de AssCiv consideradas importantes em relação à sua missão principal e às suas possibilidades. A finalidade desta instrução é fornecer ao combatente:

- Conhecimento e compreensão do âmbito das actividades de AssCiv e do papel destas;
- Conhecimento das atitudes, tradições, costumes e culturas das populações das áreas onde a sua unidade irá actuar;
- Compreensão da sua responsabilidade individual perante os regulamentos militares e leis internacionais;
- Compreensão das implicações que poderão ter as relações hóspede/convidado numa área onde se desenvolvem operações militares.

¹⁵ Conforme ME – 520000, 1982: I-15.



e. Exemplo de uma estrutura de Comando (Caso de Angola)

Só para ilustrar este conceito de AssCiv assim como a sua organização e emprego, iremos descrever a estrutura existente no Leste de Angola em 1971-73, conforme o testemunho do General Espírito Santo¹⁶, que na altura, desempenhava a função de Chefe da Secção de Acção Psicológica e AssCiv do EM do Comando da Zona Militar Leste (ZML), sob o comando do General Bettencourt Rodrigues.

As autoridades portuguesas em Angola adoptaram uma doutrina global, coordenada e assumida por todos os aparelhos da administração (civil, policial e militar), em que face à acção insurreccional dos movimentos que visavam a independência de Angola, a administração portuguesa adoptou várias manobras além da militar. Uma delas foi a manobra sobre as populações. Em 7 de Outubro de 1967, um Despacho Conjunto dos Ministros do Ultramar e da Defesa Nacional¹⁷, passou a definir melhor o objectivo da contra-subversão e a sua estratégia, atribuindo a maior das prioridades à conquista da adesão das populações, sendo estas o alvo a atingir por todas as autoridades civis e militares, e se necessário, com prejuízo para as operações.

A sua implementação em Angola traduziu-se numa Directiva Conjunta do Governador-Geral e Comandante-Chefe das FA, que deu origem em 30 de Março de 1969, a difusão da “Directiva Geral Angola em Armas”, que visava racionalizar os meios humanos e materiais de que se dispunha em Angola, de forma a atingir o objectivo de suster, reduzir e eliminar a subversão. Havia que adaptar o dispositivo militar a este conceito e à estratégia conjunta civil e militar para obter segurança e melhoria das condições de vida das populações, conforme a recente estrutura de contra-subversão.

As Directivas do Comandante da ZML, explicavam o seu Conceito de Acção, que envolvia três manobras principais¹⁸, na qual uma delas era sobre as populações, com os objectivos de subtraí-las ao controlo dos movimentos, melhorar a sua segurança e promover a melhoria das suas condições de vida. Esta manobra iria assentar em duas grandes componentes: a acção psicológica (sobre os movimentos, as nossas tropas, os grupos de tropas especiais e população) na ZML e a promoção sócio-económica expedita das populações (condições de vida e satisfação das suas necessidades básicas).

Esta manobra sobre as populações representou a verdadeira CIMIC na zona de

¹⁶ Artigo publicado na Revista Militar n.º 2487, “Cooperação Civil-Militar na Contra-Insurreição: Leste de Angola, 1971-1973” em ABR09.

¹⁷ Este Despacho levou à criação de uma doutrina de contra-subversão, desenvolvida e aplicada nos três TO, de acordo com os condicionamentos locais (EME, 1988: 123).

¹⁸ Acção militar (segurança das populações e destruição dos adversários), Acção sobre as populações (promoção socioeconómica e Acção Psicológica) e Acção sobre o território (criação de itinerários e construção de pistas de aviação para aeronaves de transporte médio).



acção e assentou na estrutura de contra-subversão implantada pelo Governo de Angola e o Comando-Chefe das FA em Angola na ZML, que atribuía ao General Comandante da Zona, autoridade de planeamento e coordenação sobre as autoridades cíveis nas acções que contribuíam para aquela manobra. A presença de unidades militares na área constituía um acréscimo de pessoal especializado e qualificado que, sem ser distraído da sua missão primária que era procurar e combater os adversários, podia dar, como função suplementar, um enorme contributo ao seu desenvolvimento.

Os instrumentos principais deste planeamento e coordenação foram a Directiva de Acção Psicológica do Comandante da ZML e o Plano Expedito de Desenvolvimento do Leste, que definiram áreas prioritárias geográficas e populacionais, que se sobrepunham, e sectores da vida das populações para acção imediata (condições de habitabilidade, alimentação, abastecimento de água, saúde, escolaridade e segurança).

Neste Plano de Desenvolvimento, foram executados projectos no âmbito da assistência sanitária e escolar, no abastecimento de água, na agricultura e pecuária e na melhoria das habitações.

Para o sucesso desta missão, houve um grande trabalho desenvolvido, no que respeita a Estudos de Situação sobre as populações e sobre os movimentos, elaborado em grande parte pelos efectivos que estavam implantados no terreno. Importa aqui referir que paralelamente à linha hierárquica militar, havia uma linha de autoridade civil¹⁹, que permitia a coordenação de todas as actividades de contra-subversão. Não havendo aqui unidades de AssCiv, eram os próprios Comandantes de Brigada, Batalhão, Companhia, Pelotão e até mesmo de Secção que serviam de elos de ligação entre as autoridades cíveis, cabendo à própria unidade executar o trabalho necessário na área funcional, com a “prata da casa”. Salienta-se também que, por vezes, eram cedidos especialistas funcionais para certas subáreas, tais como o caso da Agricultura, para o desenvolvimento de projectos específicos.

¹⁹ Através da Linha hierárquica militar (General Comandante-Chefe – Divisão – Brigada – Batalhão – Companhia – Pelotão – Secção) e da Linha de autoridade civil (Governador – Governador de Distrito de Área – Administrador de Concelho (ou de circunscrição) – Postos Administrativos – Autoridades tradicionais (Regedores dos Povos)) desenvolviam-se reuniões mensais do Conselho Geral de contra-subversão, reuniões semanais dos Conselhos Especiais de contra-subversão e Conselhos Distritais de contra-subversão e comissões locais de contra-subversão, que se consideravam em reunião permanente. Em todas as reuniões, participavam as autoridades máximas do respectivo nível, que tinham por missão definir as prioridades e os procedimentos a adoptar, assegurando a coordenação da sua execução nas diversas estruturas. (Afonso e Gomes, 2000: 441).

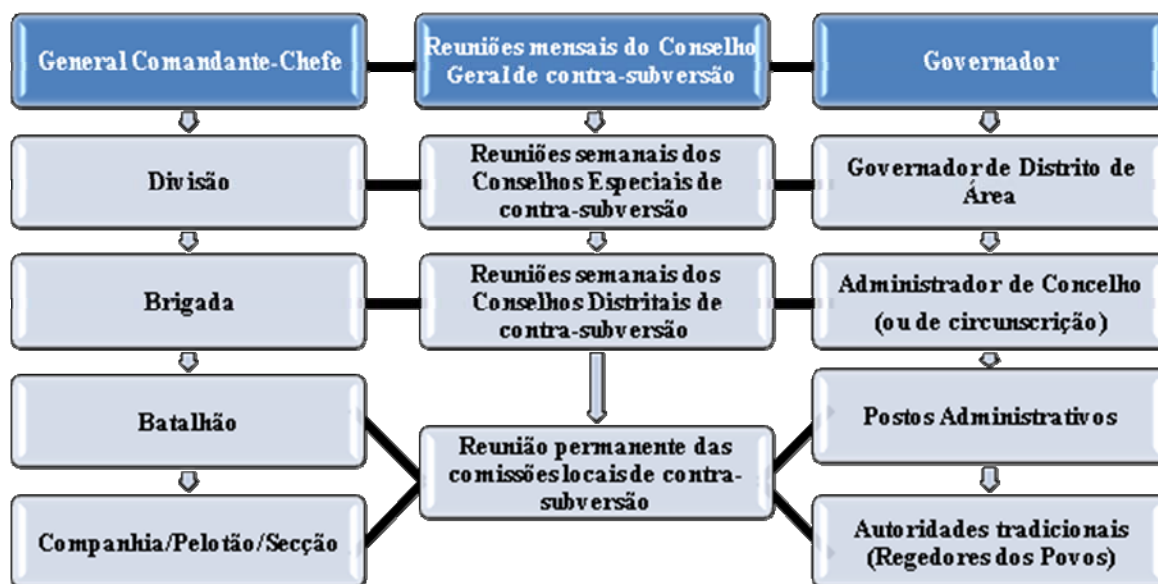


Figura 1: Reuniões entre as autoridades militares e as autoridades civis

f. Síntese conclusiva

Dado que os grandes princípios doutrinários para a guerra de contra-subversão e contra-guerrilha já tinham sido ensaiados por outros exércitos regulares (caso do inglês e francês) em outros países, Portugal adaptou a sua doutrina, e a partir destes conhecimentos e da experiência ganha em África, o Exército português elabora o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, em 1963, que depois será implementado nos três TO de África.

Na guerra do Ultramar, a 5ª Repartição compreendia 3 áreas: AssCiv, RP e OpPsi; em que os AssCiv além de fazer a ligação com as autoridades e a população civil, também se relacionavam com as forças militares, sempre com o objectivo de apoiar o Comandante militar no cumprimento da sua missão.

A Política Nacional e as directivas superiores estabeleciam qual o tipo e os objectivos das actividades de AssCiv a planear, em que a situação política e militar, assim como os factores ambientais do TO podiam, por vezes, influenciar esta orientação.

Como a estrutura militar era paralela à estrutura administrativa civil, podendo mesmo chegar a substituí-la em caso de necessidade, as actividades de AssCiv abrangiam praticamente todas as actividades desempenhadas pelas autoridades (Administração e Governo, Economia, Serviços de Utilidade Pública e Serviços Especiais).

Em termos doutrinários, além dos órgãos de EM, existiam os órgãos de execução materializados pelas unidades de AssCiv, que podiam ser reforçadas com equipas funcionais. A formação das unidades de AssCiv era feita através da frequência de cursos, instrução no serviço “*on the job*” e por escolha de indivíduos que já possuísem



habilitações específicas, além de ser dado treino e instrução naquelas áreas de actividades.

A doutrina de AssCiv já previa que nos escalões abaixo, exemplo dos Batalhões e Companhias empregues actualmente como FND, a existência de uma célula CIMIC no EM, caso a natureza das operações impusesse esta exigência. Foi o caso de Angola, em que não havia unidades de AssCiv, e muitas vezes, as forças estavam dispersas pelo TO, chegando por vezes, os Pelotões a ocupar áreas de responsabilidade. Em muitos casos, eram os próprios comandantes os oficiais CIMIC das suas AO e cumpriam os planos CIMIC com os recursos humanos, materiais e financeiros que tinham ao seu dispor, podendo por vezes, receber especialistas funcionais, em casos excepcionais.

Tudo isto foi possível, pois os objectivos das actividades de AssCiv tinham uma orientação estratégica, dado que eram definidos desde da Política Nacional até chegar aos mais baixos escalões, podendo ser elaborados projectos ao longo de anos, dada a sua continuidade. Podemos ver isso com o exemplo de Angola, através do Despacho Conjunto dos Ministros do Ultramar e da Defesa Nacional, a Directiva Conjunta do Governador-Geral e Comandante-Chefe das FA e as Directivas do Comandante da ZML.

Esta doutrina foi “usada” na guerra do Ultramar e depois com a participação militar portuguesa nos vários TO, decorrentes dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, passou-se a praticar a CIMIC, fruto da assimilação da doutrina OTAN de referência, conforme iremos apresentar no Capítulo seguinte.

4. A doutrina CIMIC em Portugal

A CIMIC não é um fenómeno novo, mas ganhou importância e assumiu um maior relevo nas operações, a partir do momento em que aumentou a presença de OI, OG/ONG e OCS no TO, fazendo com que se materializasse uma crescente necessidade de coordenação e cooperação entre as forças militares e estes novos actores, além das autoridades locais e a população.

Neste sentido, a OTAN ao definir a sua doutrina CIMIC, esta passa a servir de referência para os seus países membros, em que Portugal não é excepção. Dado que este trabalho tem como delimitação de estudo a doutrina militar nacional, aqui apenas apresentamos o que vem expresso no RO de Set05. Desta forma, iremos abordar a capacidade CIMIC nacional em três componentes: na componente Doutrinária, na componente da Formação e Treino e por fim, na componente das Forças, especialmente focada na CGerCIMIC.



Figura 2: As três componentes da capacidade CIMIC nacional

a. Conceito de CIMIC

Assim, segundo a nossa doutrina nacional, a **CIMIC é definida como a coordenação e a cooperação, em apoio da missão, entre o comandante de uma força militar e os actores cíveis, nos quais se incluem a população civil local e as suas autoridades representativas, bem como as ONG internacionais e nacionais e ainda as agências** (RO de Set05, 8-1).

A CIMIC tem três finalidades, que deverão ser complementares:

(1) Finalidade Imediata - Estabelecer, proporcionar e manter a cooperação entre o comando de uma força militar, as autoridades cíveis, organizações, agências e a população, presentes na AO, por forma a criar condições que proporcionem ao comandante as maiores vantagens possíveis para o cumprimento da missão;

(2) Finalidade de Médio Prazo – Deverá contribuir para criar e manter as condições que possibilitem atingir o estado final desejado para a operação;



(3) Finalidade de longo Prazo - Deverá contribuir para serem atingidos, de um modo contínuo no tempo e na acção, os objectivos da política externa de Portugal.

As principais funções da CIMIC, de acordo com o RO (2005: 8-1) são:

(1) A ligação civil-militar – A intenção da ligação civil-militar é a de fazer a coordenação necessária, de modo a facilitar e a suportar o planeamento e a conduta de operações;

(2) O apoio à Estrutura Civil – Caracteriza-se por abarcar um largo espectro de actividades CIMIC, bem como um diversificado e vasto leque de recursos militares, tais como informação, pessoal, material, equipamento, comunicações, treino e especialistas. Estas actividades e estes recursos apenas ocorrerão quando e onde for requerido para criar as condições necessárias para o cabal cumprimento da missão e/ou porque as organizações civis são incapazes de levar a cabo essa tarefa;

(3) O apoio à Força - O comandante de uma força militar, dependendo de variadas circunstâncias, poderá necessitar de apoio civil significativo na sua AO. Se bem que deverá existir uma coordenação de esforços para minimizar rupturas nas operações militares, tais como o controlo das populações e dos recursos, uma força poderá estar parcialmente dependente da população civil para recursos e informações²⁰ e das autoridades civis para segurança, em certas áreas, podendo até tornar-se impossível obter a total liberdade de acção e de movimentos sem a sua cooperação;

(4) O apoio interno – Caracteriza-se por um vasto conjunto de actividades, levadas a cabo em território nacional, para apoiar quer a população quer a administração local ou central, as quais podem ocorrer em várias situações: tempo de paz, em situações especiais, designadamente Estado de Sítio e Estado de Emergência, e em tempo de guerra. As variadas situações, onde civis e militares poderão ser levados a interagir, no apoio interno, exige formas de cooperação muito próprias, geralmente bem estabelecidas e institucionalizadas, através de uma variedade de mecanismos, dos quais se destacam o Sistema Nacional de Protecção Civil (SNPC);

(5) O apoio à política externa de Portugal - Esta função da CIMIC engloba um vasto conjunto de actividades conduzidas pelas forças militares nacionais, em território estrangeiro, para apoiar e auxiliar a consecução da política externa de Portugal.

b. A organização da componente CIMIC

A organização, comando e controlo da componente CIMIC, em suporte de uma

²⁰ Importa referir que a actividade CIMIC não é uma actividade de espião, mas também contribui para a colecta de informação, que depois será tratada pelas entidades responsáveis por essas áreas.



determinada missão, deverá variar de situação para situação, devendo qualquer organização ser bastante flexível, de modo a adaptar-se continuamente à operação.

A componente física da capacidade CIMIC é constituída por três elementos:

(1) Elementos de EM CIMIC na Força - executam o planeamento, aconselham e efectuem assessoria ao comandante da força;

(2) Elementos CIMIC - os que executam as operações CIMIC no terreno, normalmente aliados a uma componente de comando terrestre e que apoiam os comandos subordinados. Efectuam sobretudo o aconselhamento e a execução de projectos (*Quick Impact Projects*²¹);

(3) Especialistas Funcionais – tal como o próprio nome indica, são especialistas, numa determinada área, os quais podem ser projectados individualmente ou como equipa. Podem ser militares ou civis, e desempenham a sua tarefa num curto período de tempo e onde a sua especificidade o exija. Servem para reforçar os elementos de EM CIMIC e/ou os elementos CIMIC que actuam no terreno.

Com estes três elementos presentes, um comandante tem capacidade de planear, executar, desenvolver e manter uma capacidade CIMIC adequada ao seu escalão. Refira-se, no entanto que a organização CIMIC mínima, que deverá ser comum a todas as situações, é a existência de elementos de EM da área CIMIC, os quais deverão estar plenamente integrados no EM da força a todos os níveis.

O tamanho, a estrutura e a organização destes elementos de EM da área CIMIC, deverá variar de Quartel-General (QG) para QG, bem como de missão para missão, devendo incluir forçosamente oficiais de ligação a serem destacados para as várias organizações civis, de modo a facilitar o *interface* entre a força e o ambiente civil (RO: 8-5-6).

c. O emprego da CIMIC

A CIMIC varia consoante o tipo de operação que estamos a executar, não apenas pela natureza diferente do ambiente civil existente, mas também pela natureza diferenciada das relações a estabelecer entre os militares e as organizações e autoridades civis.

Existem, no entanto, tarefas de nível operacional, a planear e a desempenhar pelos elementos de EM da área CIMIC, as quais se transformarão, *a posteriori*, em tarefas tácticas comuns a todo o tipo de operações. Essas tarefas poderão ser agrupadas em três

²¹ Um *Quick Impact Project* (QIP) é uma tarefa ou uma actividade específica empreendida pela força militar isolada ou em conjunto com uma ou mais entidades civis (autoridades nacionais e/ou regionais, populações civis, ONG, OI) em apoio da missão.



fases²², que sendo distintas, são simultaneamente complementares:

(1) Fase pré-operacional

Compreende todos os trabalhos a executar pelo pessoal CIMIC do EM antes do início da operação, como preparação do comando e da força para intervenção na envolvente civil do TO, através de adequadas acções de planeamento (reconhecimento prévio, avaliação das condições civis da AO e preparação do plano/anexo CIMIC), de conselho e de informação (briefings aos comandantes e pessoal do EM) e de instrução (informação às tropas sobre a AO).

(2) Fase operacional

Esta fase tem a ver com a condução da operação, onde se procura uma eficiente aplicação dos planos/anexos CIMIC anteriormente definidos. Para isso, tenta-se estabelecer uma boa comunicação, a todos os níveis com o leque mais alargado possível de organismos civis, por forma a materializar a troca de informação e a coordenação das acções.

(3) Fase de transição

Baseando-se nas relações estabelecidas na fase anterior, esta fase tem como finalidade permitir uma transferência suave para as autoridades civis, das responsabilidades temporariamente assumidas e suportadas pela força, e o encerramento de outras, dando por concluída a operação e de maneira a que a vida civil seja minimamente perturbada.



Figura 3: Tarefas a desempenhar pelos elementos de EM CIMIC nas fases de uma operação

Importa aqui ressaltar que é quando o nível de violência é baixa, que a actividade CIMIC tem lugar, podendo mesmo aumentar, ou seja, é na fase da estabilização do conflito que ela atinge o seu auge.

²² Conforme Fonseca, 2003: 31 e Serafim, 1999: 9.



d. A formação CIMIC

Dos três Ramos das FA, apenas o Exército ministra formação na área da CIMIC, com base no Regulamento de Operações, Parte IV, Cap. 8 de 2005 e outros documentos internacionais, tais como o MC 411-1 (*NATO Military Policy On Civil-Military Co-Operation*), AJP-09 e as *ACO CIMIC Tactics, Techniques And Procedures*.

Através desta documentação oficial, é ministrada formação na área CIMIC, quer nos Cursos CIMIC (Tático e Operacional), quer nos cursos de promoção e qualificação (CPC, CPOS, CEME e CEMC), onde é especialmente abordada na resolução de temas táticos e operacionais, no papel do Oficial CIMIC ou G9, quer seja no Processo de Decisão Militar ou no Planeamento Operacional.

Existe um Projecto de Doutrina Conjunta CIMIC nacional, a nível do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), que foi enviado aos três Ramos em 23NOV99 para fazerem comentários, sugestões e aperfeiçoamentos, mas até hoje, não houve resposta.

Por intermédio do responsável da área CIMIC no IESM, TCor Inf Curro, sabemos que o IESM presentemente, está a trabalhar na elaboração de um manual de CIMIC, para que possa ser utilizado nos cursos que aqui se ministram.

(1) Cursos de CIMIC nacionais

O curso de CIMIC (nível tático-operacional)²³ ministrado no IESM, tem como objectivo habilitar o militar a desempenhar funções militares, de nível tático-operacional, no âmbito das operações de CIMIC, em EM de QG da OTAN e de forças nacionais. Tem como pré-requisitos ser oficial superior ou capitão habilitado com o Curso de Promoção para Oficial Superior, de qualquer Arma ou Serviço e do Quadro Permanente (QP) do Exército.

O curso de CIMIC (nível tático)²⁴ ministrado na Escola Prática de Engenharia (EPE), tem como objectivo habilitar o militar a desempenhar acções de CIMIC em equipas táticas integradas nos Destacamentos da CGerCIMIC, unidades de FND ou forças OTAN. Tem como pré-requisitos ser oficial do QP (MAJ ou CAP com mais de três anos de posto); sargentos do QP (SAJ ou 1SAR com mais de cinco anos de posto) e ter um nível de proficiência linguística (2212).

É preciso salientar que para frequentar o curso de nível tático, é necessário possuir o nível de inglês exigido na FAC²⁵ e para que os militares que estão em Ordem de Batalha

²³ Para maiores esclarecimentos ver Ficha de Apresentação de Curso (FAC) na página do Comando da Instrução e Doutrina na Intranet.

²⁴ Idem.

²⁵ Para o curso CIMIC, nível tático, é necessário ter um nível de proficiência linguística de 2212 (*listening, speaking, reading and writing*).



(OB), cumpram os requisitos descritos nos *Job Descriptions*, deverão possuir níveis mais elevados em alguns casos.

(2) Formação Internacional

Portugal tem enviado anualmente militares à Escola da OTAN em Oberammergau²⁶, na Alemanha, para frequentar cursos, alguns deles na área CIMIC e que são cursos essenciais e desejáveis prescritos nos *Job Descriptions*²⁷ de algumas funções desempenhadas na CGerCIMIC. Porém, não há nenhuma coordenação ou gestão, a nível do comando da Companhia nem do Núcleo Permanente (NP) do Comando das Forças Terrestres (CFT), de quem vai ou deve frequentar estes cursos. Até agora, têm sido geralmente frequentados por militares que não estão na OB da CGerCIMIC.

e. Síntese conclusiva

Através da definição doutrinária dos conceitos, podemos ver que, embora o objectivo seja o mesmo, apoiar o Comandante no cumprimento da sua missão, os AssCiv faziam isso através das relações que tinham com as forças militares, autoridades cíveis e a população, enquanto a CIMIC utilizava a coordenação e a cooperação para atingir o seu objectivo. Mas os conceitos diferem na extensão dessas relações, pois os AssCiv também faziam ligação não só à componente civil mas também à militar, ao contrário da CIMIC²⁸.

Quanto à sua finalidade, as actividades de AssCiv eram vistas sempre do lado da força, quer pelo apoio e recursos que as populações poderiam fornecer, quer pela sua não interferência nas operações militares, enquanto que nas actividades CIMIC já se punham do lado da população, tentando providenciar o que esta necessitava.

Desta forma, confirmamos a **H2.1** (AssCiv e CIMIC são conceitos diferentes, embora estejam relacionados, em que os AssCiv englobam a CIMIC).

Temos de ter em conta que, ao termos a doutrina OTAN como referência, isso fez com que houvesse um alinhamento e actualização da nossa doutrina com esta, o que fez com que a anterior (AssCiv) fosse deixada de lado. Desta forma, respondemos à **QD2** (Qual é a relação entre AssCiv e CIMIC?).

Ao termos uma capacidade de planeamento e coordenação de operações de CIMIC, podemos planear os QIP, e assim como na doutrina de AssCiv, deveríamos usar a “prata da casa” para os executar, e caso fosse necessário e possível, deveríamos usar especialistas

²⁶ Disponível no site: <http://www.natoschool.nato.int/academics.asp>

²⁷ Caso dos cursos OTAN: *Operational Liaison CIMIC, Tactical CIMIC, Psychological Operations, Public Information e Peace Support Operations*.

²⁸ Existem normalmente nos EM das FND, oficiais de ligação que desempenham essa função.



funcionais (militares ou civis), para reforçar os elementos de EM CIMIC e/ou os elementos CIMIC que actuam no terreno, em virtude destes terem formação específica em certas áreas, em que poderão apoiar em pareceres mais técnicos, de forma a conseguirmos cumprir a missão atribuída.

É também importante ser ministrado aos militares as tradições, os costumes, as culturas e atitudes das populações das áreas onde vão actuar, por forma a que o seu relacionamento com as mesmas não seja comprometido por um mal entendido. Uma das formas de minimizar esta preocupação foi a elaboração de um *handbook* para os militares que iriam participar nas FND²⁹.

O papel da CIMIC não deve ser sobrestimado nem subestimado, pois por um lado não substitui a implementação civil, mas apoia os esforços civis, e depois por outro lado, a CIMIC representa muito mais que a simples reconstrução de escolas e hospitais e a entrega de alimentos e roupa nas comunidades locais, embora estes QIP sejam importantes, pois fazem com que as tropas sejam aceites pela população, contribuindo assim para a protecção da força. Podemos dizer que se criarmos um ambiente de cooperação entre a força, a população e as autoridades civis, estamos a contribuir para o cumprimento da missão, além de influenciarmos o ambiente operacional, em vários factores. Assim confirmamos a **H3.1** (O actual ambiente operacional é influenciado pela CIMIC) e respondemos à **QD3** (Qual é a importância da doutrina de CIMIC?), na medida em que a aplicação correcta desta doutrina coloca o “fiel da balança” do ambiente operacional numa posição favorável ao comandante da força.

O Exército é o único Ramo que ministra formação na área da CIMIC, através dos dois cursos CIMIC (Tático e Operacional), utilizando para isso, a doutrina que está definida no RO de 2005, tendo sempre como referência a doutrina OTAN. Além de ser abordada no Curso de Promoção a Capitão nas Escolas Práticas, passou a ser abordada também no IESM, nos cursos de promoção e qualificação (CPOS, CEME e CEMC), na resolução de temas táticos e operacionais, na qualidade de Oficial CIMIC ou G9.

Apesar de não existir uma doutrina conjunta CIMIC nacional, existe um projecto a nível do EMGFA, que foi enviado aos três Ramos em 23NOV99 para se pronunciarem e até à data, não houve *feed back*. Actualmente, o IESM está a trabalhar na elaboração de um manual de CIMIC, para apoio dos cursos que aqui se ministram.

Os cursos CIMIC ministrados no Exército são um requisito para se poder pertencer à OB da CGerCIMIC. Apenas para o curso CIMIC tático, é necessário possuir o nível de

²⁹ Caso dos *hand-books*, feitos para as FND (Timor, Kosovo e Bósnia).



inglês exigido na FAC. Quanto aos cursos ministrados no estrangeiro, têm-se verificado que muitas vezes, são frequentados por militares que não estão na OB da CGerCIMIC, não havendo qualquer coordenação ou gestão, a nível do comando da Companhia nem do NP/CFT, de quem deve frequentar estes cursos, dado que alguns deles são condições essenciais e desejáveis, conforme está definido nos *Job Descriptions* de algumas funções desempenhadas na Companhia.



5. A Estrutura CIMIC nas Forças Armadas Portuguesas

Não há uma estrutura CIMIC nas FA, apesar do Exército ter uma componente CIMIC, quer no EM do CFT, quer no EM das três Brigadas. Como força constituída apenas existe, sob a dependência do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), a CGerCIMIC que é guarnecida por militares dos três Ramos e a célula J9-CIMIC e Informação Pública, no EM da FRI, que é constituída por um Oficial (Major), sendo esta função rotativa pelos três Ramos, desde 2006, conforme a Alteração n.º 1 de 07JUN05 à Directiva n.º 05/CEMGFA/01. A FRI ainda contempla na sua componente terrestre um Dest CIMIC.

Sendo uma força de natureza conjunta, a CGerCIMIC será activada por Despacho do CEMGFA, quer para exercícios, quer para operações, segundo a Directiva n.º 244/CEME/07.

a. A Estrutura CIMIC no Comando das Forças Terrestres

Na anterior Lei Orgânica do EMGFA³⁰, estava previsto no Centro de Operações Conjunto (COC), que quando necessário, designadamente em Estado de Guerra, de excepção ou durante a preparação e condução de exercícios conjuntos, o COC constituir-se-á em QG conjunto. Aqui estava incluída uma Repartição de AssCiv. Mas no Decreto-Lei n.º 234/2009 de 15 de Setembro, o EM do Comando Operacional Conjunto apenas compreende as seguintes áreas: Planos, Operações e outras áreas funcionais adequadas à situação, constituídas sem carácter permanente.

No Quadro Orgânico (QO) do CFT³¹ existe uma Repartição CIMIC, constituída por 1 Chefe (TCor), 2 adjuntos (Maj) e 1 auxiliar (SCh/SAj). Actualmente, estão 4 militares nesta Repartição (1 TCor – Chefe, 1 Major – Adjunto, 1 SAj – Auxiliar e 1 Praça). Está contemplado no Comando do CFT, um Centro CIMIC, a activar quando necessário, à custa de elementos da Estrutura Base do Exército (EBE) e da Força Operacional Permanente do Exército (FOPE).

De acordo com a Directiva n.º 04/VCEME/03, deverá ser constituído um NP, localizado no CFT, que trabalhará em coordenação com a célula G9/CFT. Actualmente neste NP, existe um Major e um Sargento-Ajudante, que desempenham funções na célula G9/CFT, e em acumulação de funções, como Chefe da Célula de Operações e Sargento de Operações da CGerCIMIC.

Nas três Brigadas, existe no EM a célula G9, mas que na realidade desenvolve

³⁰ Artigo 16.º do Decreto-Lei 48/93 (publicado na Diário da República n.º 48, de 26FEV93).

³¹ QOP do Comando Operacional, N.º 14.2.00, aprovado em 27MAI06, pelo General CEME.



trabalho na área das RP, Protocolo e pouco (ou mesmo nada) na área da CIMIC, conforme se pode verificar pelas tarefas desenvolvidas nas páginas da *WISE* das 3 Brigadas³².

Apesar do G9/CFT já ter definido o treino operacional para 2010 para a CGerCIMIC, com base no Plano Integrado de Treino Operacional 2010 (PITOP 2010), ainda não existe um Plano de Formação e Treino conjunto. Este Plano certamente será um desafio para o NP da CGerCIMIC, quando este já estiver constituído com elementos dos Três Ramos.

Com base na Directiva n.º 34/CmdOp/07, o NP da CGerCIMIC desenvolve as seguintes tarefas:

- Mantém, em coordenação com o Comando de Pessoal, a relação actualizada dos militares do Exército qualificados na área CIMIC, assim como a OB da CGerCIMIC;
- Participa, sempre que solicitado, na actualização dos *Job Descriptions* dos cargos existentes na CGerCIMIC;
- Planeia, coordena e conduz as actividades de CIMIC em apoio de uma unidade até escalão Brigada;
- Fornece módulos CIMIC a FND quando necessário;
- Mantém 1 Equipa CIMIC, em categoria 2³³, para a FRI;
- Identifica necessidades formativas para inclusão no Plano de Formação Anual, assim como no Plano de Missões no Estrangeiro;
- Acciona a convocação dos militares inscritos na OB, para exercícios ou outras actividades;
- Acompanha a evolução dos conceitos e doutrina CIMIC.

b. A Companhia Geral CIMIC

(1) Origem da CGerCIMIC

O processo de levantamento da capacidade CIMIC nacional iniciou-se com as *NATO Force Proposals* do ciclo de Planeamento de Forças de 1998-2000. A OTAN propôs a Portugal que, até ao final de 2000, disponibilizasse uma *CIMIC Support Company*; e Portugal aceitou (*Full Accepted*) a *Force Proposal* (FP), constituindo-se na *Force Goal* (FG) EG-3782. No ciclo seguinte de 2000-2002, Portugal respondeu no *Defence Planning Questionnaire* 2000, que a FG EG-3782 estava *Full Implemented*, ou seja, a CGerCIMIC estava totalmente levantada. No ciclo de Planeamento de Forças de

³² A célula G9 da BrigInt trata da Informação, Protocolo e Relações Públicas, a célula G9 da BrigRR trata dos Assuntos Cíveis e a célula G9 da BrigMec trata da Informação Interna e Relações Públicas.

³³ Prontidão a 5 dias (*Notice To Move*).



2006-2008, Portugal reiterou a aceitação da FG G-3784 (revogou a FG EG-3782)³⁴, em que a CGerCIMIC devia no final de 2005, possuir a IOC (*Initial Operational Capability*).

Por Despacho do General CEMGFA de 19MAI99, o Exército foi designado Entidade Primariamente Responsável (EPR) para elaboração do estudo sobre a constituição da CGerCIMIC, considerando S. Ex.^a no seu Despacho, haver potencialidades de quadros nos três Ramos, para constituir uma subunidade conjunta.

Por Despacho do General CEME de 04MAI00, foram aprovados os QO da CGerCIMIC (Quadro Orgânico de Pessoal (QOP) e Quadro Orgânico de Material (QOM) – 8.2.300), do qual fazem parte 54 militares dos 3 Ramos das FA, (34 militares do Exército, 13 da Marinha e 7 da Força Aérea); o Regimento de Engenharia 1 (RE1) assume o encargo da CGerCIMIC, em categoria 4³⁵, em OB e com pessoal dos outros Ramos e mantém um Destacamento (Dest) CIMIC para a FRI, em categoria 2 e as três Brigadas incluem em OB, um módulo CIMIC de reforço, em categoria 3³⁶.

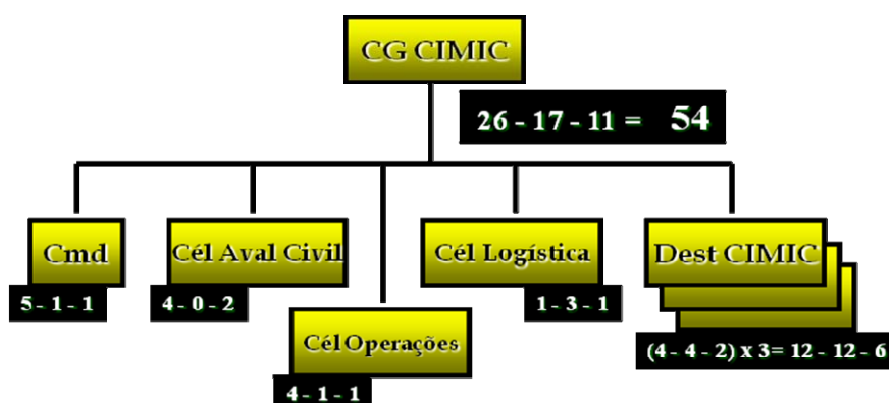


Figura 4: Organograma da CGerCIMIC (Fonte: QOP da CGerCIMIC, n.º 24.0.58)

De acordo com a Directiva n.º 04/VCEME/03, a EPE constitui-se como Centro de Instrução do Exército para a área CIMIC, em coordenação com o Comando de Instrução, procedendo ao planeamento e execução de cursos CIMIC para Oficiais e Sargentos.

Em 26Fev04, foi assinado o *Memorandum of Understanding* (MOU) entre a Itália, Grécia, Hungria, Roménia e Portugal, com a presença de um representante do *Supreme Headquarter Allied Powers Europe* (SHAPE), no que respeita à fundação, financiamento, administração, guarnição e estatuto do QG do *Cimic Group South* (CGS)³⁷. Desde

³⁴ Conforme Directiva Operacional n. 25/CEGMFA/07.

³⁵ Prontidão a 20 dias (*Notice To Move*).

³⁶ Prontidão a 10 dias (*Notice To Move*).

³⁷ Conforme Informação n.º 4197 da Repartição de Assuntos Cíveis do COFT de 29DEC06.



28Abr09, passou a designar-se *Multinational CIMIC Group* (MNCG)³⁸ conforme MOU assinado pelo SHAPE e pelos Representantes Militares Nacionais dos 5 países anteriormente mencionados.

Sob o comando do MNCG, estão as unidades CIMIC dos países afiliados, entre as quais a CGerCIMIC. Este ano, o MNCG está a organizar a terceira edição da Conferência dos Comandantes das Unidades CIMIC, onde proporcionam a oportunidade de trocas de experiência e conhecimento, dando enfoque ao nível tático³⁹.

Por Despacho de 28DEC05 do General CEME, foi aprovado o QOP 24.0.58 da CGerCIMIC e por Despacho de 19JUL07, foram aprovados os *Job Descriptions* da CGerCIMIC.

A Directiva Operacional n.º 25/CEMGFA/07 de 08NOV07, determina às FA a organização e o aprontamento dos militares que integram a CGerCIMIC, de modo a declarar a sua *Full Operational Capability* (FOC), até ao final de 2007, a fim de satisfazer os compromissos assumidos por Portugal.

Um dos compromissos internacionais, expresso no Plano Médio e Longo Prazo 2007-2024 do Exército, refere que Portugal garante uma CGerCIMIC em prontidão L9 (até 180 dias)⁴⁰.

Em DEC07, foi difundido o Plano Administrativo – Logístico “PANTERA”⁴¹, que define que o Comando do Exército, em coordenação com os seus Órgãos Centrais de Administração e Direcção (OCAD) e os outros Ramos, garante a coordenação inter-Ramos, do seu transporte para e do TO, bem como a sua sustentação no decurso de qualquer operação.

(2) A certificação nacional da CGerCIMIC

O resultado da avaliação do exercício “*Armageddon 07*” concluiu que não estiveram reunidas as condições de certificação da CGerCIMIC, para que fosse declarada a FOC até final de 2007, conforme determinado na Directiva Operacional n.º 25/CEMGFA/07. Desta forma, para colmatar as insuficiências apontadas no relatório da Inspeção-Geral do Exército (IGE), relativo à *Combat Readiness Evaluation* (CREVAL)⁴², e executar os trabalhos de preparação para o exercício “*Armageddon 08*”, activou-se o

³⁸ Onde está a desempenhar funções o Capitão de Mar e Guerra (CMG) Sousa Ribeiro, actual *Portugal Senior National Representative*, que proferiu uma palestra no IESM em 25Mar10, no âmbito do curso CIMIC.

³⁹ Segundo o CMG Sousa Ribeiro, no ano passado participaram 14 Comandantes, entre os quais o TCor Eng Couto, actual comandante da CGerCIMIC e anteriormente, esteve o TCor Eng Serrano, penúltimo comandante da CGerCIMIC.

⁴⁰ Expresso na Directiva n.º 244/CEME/07, de 16OUT07.

⁴¹ De 02DEC07 do Comando Operacional (CmdOp).

⁴² Relatório da CREVAL n.º 15/07, feita à CGerCIMIC em 03 e 04DEZ07.



NP⁴³ no RE1, em 12MAI08.

A CREVAL⁴⁴ feita pela IGE, durante o exercício “*Armageddon 08*” verificou que a CGerCIMIC, no seu todo, não se encontrava em condições de atingir a FOC, e propôs que fosse equacionada uma nova CREVAL durante o exercício “*ORION 08*”, de forma a atingir o objectivo pretendido⁴⁵.

A CREVAL⁴⁶ efectuada em Abril de 2009, no exercício “*Armageddon 09*”, em Santa Margarida, teve a seguinte avaliação por parte da IGE: “... julgamos que a CGerCIMIC durante esta CREVAL, demonstrou cumprir com os requisitos mínimos necessários para ser considerada operacionalmente pronta e apta a cumprir as missões atribuídas. ... julgamos que a certificação poderá ser agora comunicada à OTAN”. O parecer do TGen IGE considerou esta apreciação final como “benevolente”, perante as faltas de pessoal e material verificadas e apontadas no relatório atrás referido mas também pelo forte empenhamento que o Exército colocou no aprontamento desta força⁴⁷.

(3) Situação actual da CGerCIMIC

A CGerCIMIC pertence à FOPE, estando incluída nas Forças de Apoio Geral. Está inscrita no Sistema de Forças Nacional (SFN) 04, na Capacidade de Apoio Geral da Componente Terrestre.

Conforme está definido no QOP da CGerCIMIC, n.º 24.0.58, a sua missão é planear, coordenar e conduzir as actividades de CIMIC em apoio de uma unidade até escalão Brigada, com as seguintes possibilidades:

- Planear e conduzir acções CIMIC;
- Reforçar a capacidade CIMIC de uma Brigada, com toda ou parte dos seus meios;
- Fornecer Módulos CIMIC a FND, quando necessário;
- Melhorar a acção conjunta e criar sinergias inter-Ramos;
- Aperfeiçoar a eficiência operacional e reduzir custos.

No PITOP 2010⁴⁸, já está contemplado que o planeamento do treino operacional para 2010 deve ter em consideração, a integração sempre que possível de um Dest CIMIC, nos exercícios de nível Brigada “*Dragão e Apolo*”. O exercício “*Armageddon 10*” está associado ao exercício “*Dragão*”, da responsabilidade da Brigada de Intervenção, onde a CGerCIMIC participa como um todo. Participa ainda no exercício “*Lusíada 10*” e “*Orion*”

⁴³ Foi constituído com 4 militares, mas apenas do Exército (Fonte: Nota n.º 10659, Proc.: 22.90/SGO/QP/VF de 08MAI08 da RPM/DARH/Cmd Pess).

⁴⁴ CREVAL n.º 10/08 feita à CGerCIMIC em 02 e 03JUL08, com a finalidade de a certificar.

⁴⁵ Conforme parecer do TGen IGE, relativo ao relatório da CREVAL n.º 10/08 da IGE.

⁴⁶ CREVAL n.º 05/09 feita à CGerCIMIC de 20 a 26ABR09, pela IGE.

⁴⁷ Segundo a Informação n.º 174, da Repartição de Operações do Comando Operacional, de 05JUN09.

⁴⁸ Anexo A (EXPROG 10 – Programa de Exercícios do Exército 2010) ao PITOP 2010.



10”, mas apenas com um Dest CIMIC e uma célula de EM CIMIC no comando da FRI.

Embora tenha sido elaborada uma proposta de distribuição de equipamento em reunião de trabalho com os três Ramos, este documento nunca teve aprovação formal, nem da parte da Marinha nem da Força Aérea⁴⁹. O material previsto no QOM não está em OB da CGerCIMIC, e até agora tem sido disponibilizado exclusivamente pelo Exército, mas é essencial que os outros Ramos também contribuam para esta situação.

O Gen CEMGFA determinou que o EMGFA e o Exército elaborassem uma proposta de Estrutura Orgânica de Material (EOM), que deverá ser analisada pelos Ramos para futura aprovação. Esta proposta procura harmonizar e contemplar de forma proporcional os meios materiais aos meios humanos a disponibilizar por cada Ramo. Depois de obtida a aceitação dos Ramos, a DIOP/EMGFA procederá à revisão da Directiva n.º 25/CEMGFA/07, cujas principais alterações incidirão sobre a inclusão de anexos com as Estruturas Orgânicas de Pessoal (EOP) e EOM aprovadas, bem como a criação do NP conjunto⁵⁰. Segundo o NP/CFT, existe uma proposta deste Comando para que um dos Dest CIMIC seja constituído apenas por militares da Força Aérea, ficando assim, um Dest por cada Ramo.

c. O emprego da componente CIMIC nas FND e na FRI e os cargos internacionais nesta área

Desde que Portugal participa com FND nos TO da Angola, Moçambique, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Timor-Leste⁵¹ e Líbano, estas têm contemplado militares com funções na área CIMIC, pois tem-se verificado uma necessidade enorme desta componente, face à enorme presença de OCS, OI e OG/ONG nas AO, onde a visibilidade da força está sempre em jogo.

Esta área tem muita importância nos dias de hoje, não só pela cooperação e coordenação que faz entre todos estes actores, mas também por possibilitar a execução de QIP à custa dos mesmos, donde resultam benefícios para todos: as populações ganham infra-estruturas e/ou material diverso (géneros alimentares, roupa), as OI e as OG/ONG fazem o seu trabalho com a confiança e a certeza que são para os fins pretendidos e a força ganha a amizade e a confiança das populações, contribuindo assim para a protecção da

⁴⁹ Segundo o Relatório da CREVAL n.º 05/09, p. 21.

⁵⁰ Conforme mensagem n.º 8030, da Divisão de Operações do EMGFA, de 12Nov09.

⁵¹ Segundo o Apêndice 5 do TILD do Maj Nunes, em algumas FND, os militares têm desempenhado essas funções mas com a designação de Oficiais de Assuntos Cíveis e Oficiais de ligação (IFOR e SFOR), Oficiais de Assuntos Cíveis e Informação e Relações Públicas (KFOR), Oficiais CIMIC e Oficiais CMA - *Civil Military Affairs* (UNTAET e UNMISSET).



força e visibilidade para o país.

Dado que, por vezes, não se encontra quem queira ou possa patrocinar estes QIP, a força pode, na sua capacidade sobrança, executá-los e financiá-los, à custa do seu próprio orçamento. Há missões, como é o caso da *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), em a Companhia de Engenharia já tem atribuído um fundo de maneio, no valor de 25000 euros para a execução dos QIP (desde a UNENG 8). Embora este valor seja manifestamente baixo, já espelha uma preocupação nesta área e uma necessidade de sucesso nesta actividade.

A FRI também integra uma componente CIMIC, que é constituída à custa da CGerCIMIC⁵². Como esta Força está vocacionada para intervenções de curta duração com a finalidade de assegurar a evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise, em ambiente permissivo, este tipo de operações, insere-se num plano mais vasto, ao nível nacional, pelo que implica a estreita coordenação entre os Ministérios da Defesa Nacional (MDN), dos Negócios Estrangeiros (MNE) e da Administração Interna (MAI), envolvendo designadamente as estruturas do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM). Desta forma, a componente CIMIC poderá também ter como função, a ligação com os representantes das referidas entidades, por forma a coordenar os procedimentos com as mesmas.

Actualmente, Portugal detém os seguintes cargos internacionais: três cargos no MNCG em Motta di Livenza na Itália e outro cargo no *Allied Rapid Reaction Corps* (ARRC), em Moenchengladbach na Alemanha, que estão ocupados por militares portugueses⁵³.

Segundo a opinião do TCor Mariano Alves⁵⁴, que já tem uma larga experiência nesta área da CIMIC e de AssCiv, a formação CIMIC ministrada no Exército faculta ao militar que venha a desempenhar cargos nesta área num QG internacional, boas ferramentas para executar as tarefas que lhe são atribuídas. Quanto ao desempenho de funções em FND, os cursos nacionais são suficientes, embora considere que a melhor preparação seja a participação em operações que actualmente as FND executam, para que tomem consciência do ambiente internacional e complexo que os rodeia.

⁵² Conforme definido na Directiva n.º 13 do Comando Operacional, de 2007, “*Aprontamento das unidades do Exército que integram o núcleo inicial da FRF*”.

⁵³ Segundo a versão de 18Jan10 (Cargos Internacionais OTAN), da Repartição de Pessoal da Divisão de Recursos: no MNCG, estão a desempenhar funções como J3 SO1 *Operations Current* (1 Oficial do Exército), CJ 2001 (1 Oficial da Marinha) e CJ7 005 *Staff Assistant* (1 Sargento do Exército); no ARRC, está a desempenhar funções como SO2 G9 CIMIC (1 Oficial do Exército).

⁵⁴ Desempenhou anteriormente o cargo de SO2 G9 CIMIC no ARRC na Alemanha/Moenchengladbach.



d. Síntese conclusiva

A CGerCIMIC encontra-se certificada nacionalmente desde da CREVAL efectuada em Abril de 2009, porém o nível atingido perdeu-se logo que os militares e o material pertencentes à Companhia regressaram às suas unidades de origem, em virtude de não poder haver garantias por parte do Comando da CGerCIMIC, em conseguir manter este nível, pois não está ao alcance deste, a gestão da disponibilidade de pessoal e da operacionalidade dos materiais.

Está em discussão a nível dos Ramos, uma proposta de EOM, onde irá ficar definido o material a disponibilizar por cada Ramo, assim como a criação do NP conjunto. Chama-se a atenção para a situação do pessoal da Força Aérea e Marinha no NP, na questão de como e quando estes militares serão aí colocados e qual a cadeia hierárquica dos mesmos nesta estrutura.

Com este NP conjunto, poder-se-ia fazer o planeamento e a condução de exercícios, com uma ligação aos Ramos mais rápida, onde a partir do CFT, teríamos uma orientação para as células G9 das Brigadas e para a CGerCIMIC, através do Plano de Formação e Treino Conjunto. Recordamos que na Guerra do Ultramar, havia uma direcção estratégica que estava definida, que se fazia sentir desde da vontade política até ao escalão militar mais baixo (pelotão) que estava no terreno.

A nível do Exército, começamos a caminhar no sentido correcto, na medida em que ao haver exercícios para as três Brigadas, a participação da componente CIMIC destas Brigadas seja maior, mais coordenada e orientada, não se resumindo apenas ao esforço de planeamento, como é o caso do G9 da BrigInt, que neste momento, no decorrer da preparação do exercício “Dragão 10” e “*Armageddon* 10” não tem capacidade para trabalhar em pleno a área da CIMIC⁵⁵.

Ter um Dest CIMIC por Ramo facilita bastante o empenhamento do mesmo em exercícios e em operações, assim como também permite uma melhor coordenação, treino e emprego dentro do Dest, sem mencionar as vantagens da sua activação e convocação por parte dos Ramos.

Só pelo facto das FND integrarem nas suas OB uma componente CIMIC revela que estão conscientes do seu valor e importância, não só pelo trabalho de coordenação e cooperação que podem fazer com os diversos actores presentes na AO, como também pela capacidade de projectar a visibilidade da força e do país através de projectos CIMIC, em que o custo dos mesmos é irrisório face aos benefícios que deles tiramos, quer o apoio da

⁵⁵ Segundo a opinião do TCor Art Mariano Alves, G9 da BrigInt. Temos de ter em atenção que este é o 1º exercício “*Armageddon* 10” a ser planeado por esta Brigada.



população, quer as informações que dela podemos tirar ou receber, contribuindo assim para a protecção da força. Desta maneira, confirmamos a **H4.1** (A componente CIMIC existente nas FND está apta a desempenhar a missão atribuída no âmbito dos compromissos internacionais assumidos).

Segundo o G9/CFT, no último exercício “*Lusíada*”, embora a componente CIMIC na FRI tenha desempenhado a sua tarefa a nível de planeamento, em termos de execução já não se pode dizer o mesmo, dado que não foi alvo de grande atenção por parte do comando do exercício, por isso não poderemos confirmar na totalidade a **H4.2** (A componente CIMIC existente na FRI está apta a desempenhar a missão que lhe está atribuída).

A componente CIMIC encerra um elevado potencial face aos valores humanos que possui, podendo através da coordenação e cooperação, e sem muitos custos, projectar a bandeira nacional e a visibilidade da força e do país. Embora exista um caminho a percorrer, só o facto de percebermos que a CIMIC não é “distribuir rebuçados”, por forma a aumentar o consentimento da força, mas sim que é uma capacidade facilitadora, integradora e multiplicadora do esforço desenvolvido por diversos actores, que consegue potenciar os efeitos e assim facilitar o atingir dos objectivos, isto faz com que exista maior sensibilidade por parte de quem planeia, decide e executa na utilização desta capacidade. Desta maneira, respondemos à **QD4** (A componente nacional CIMIC está apta a desempenhar a missão que lhe está atribuída na doutrina CIMIC?)



6. Conclusões

A elaboração deste trabalho não teve como objectivo efectuar um exaustivo levantamento de dados, procurando-se antes recolher informação actualizada e pertinente que traduzisse, de uma forma simples e concreta, as dimensões mais relevantes da questão em análise que, seguindo uma metodologia de investigação científica, permitisse obter uma resposta à QC levantada: **“Qual é o possível contributo do conceito militar nacional sobre AssCiv para a doutrina portuguesa de CIMIC?”**

Mas antes de respondermos à QC, importa ressaltar que a presença constante da população, das autoridades cíveis e locais, das OI, das OG/ONG e dos OCS faz com que haja uma inevitável ligação com estes actores. Cabe-nos fazer com que esta ligação seja possível, mantida e se torne mais uma ferramenta que nos auxilie no cumprimento da nossa missão. Independentemente da mais avançada tecnologia existente, nada pode substituir o militar e as relações que este tem com estes actores. Assim sendo, a sua postura, formação, experiência e desempenho deverão ser exemplares, por forma a transmitir uma imagem de confiança e credibilidade, que por sua vez, certamente será correspondida com apoio e aceitação, trazendo por consequência, a visibilidade e a projecção da bandeira que representa.

Assim podemos concluir que os possíveis contributos do conceito AssCiv que podem ser adaptados para a doutrina militar nacional CIMIC são os que a seguir se enunciam:

- Recordamos que na Guerra do Ultramar, ao haver uma orientação estratégica definida, que se fazia sentir desde da vontade política até ao escalão militar mais baixo que estava no terreno, foi possível elaborar e continuar projectos ao longo de anos, dada a sua continuidade. Neste sentido, como a CGerCIMIC é conjunta e todas as FND são atribuídas ao EMGFA, deveria haver uma orientação de CIMIC ao nível deste Comando. Assim, através do NP/CFT, podia-se concentrar esforços e energias no sentido da componente CIMIC empregue, quer em operações, quer em exercícios ou em missões individuais ou colectivas, atingisse a melhor proficiência e eficácia, não obstante a dificuldade acrescida desta unidade se encontrar em OB e constituída por três Ramos;

- Relembramos que nas operações cíveis-militares, a 5ª Repartição compreendia três áreas (AssCiv, RP e OpPsi). Nos dias de hoje, estas áreas não são trabalhadas sob o mesmo comando, o que nos leva a concluir que neste ponto, houve um retrocesso na agilização da coordenação, rapidez e orientação do planeamento e condução destas actividades. Se todos estivessem sob o mesmo comando, cada projecto desenvolvido pela CIMIC, poderia ajudar



a alcançar os objectivos gerais⁵⁶ das OpPsi, sendo divulgado desde do início até ao fim pelas RP, projectando desta maneira a bandeira de Portugal;

- Deveríamos fazer uso de especialistas funcionais como na doutrina de AssCiv, quando excedêssemos as nossas capacidades. Desta forma, também poderíamos ter ao nosso alcance um maior leque de QIP (mais específicos ou técnicos) para trabalhar;

- À semelhança da formação dos militares das unidades de AssCiv, dever-se-ia procurar indivíduos⁵⁷ que já possuíssem habilitações específicas dentro das FA para integrar a CGerCIMIC ou as equipas de especialistas funcionais, conforme está preconizado na nossa doutrina de CIMIC, quer em operações, quer em exercícios, transformando isto numa realidade como o era na doutrina de AssCiv;

- A missão dos AssCiv no Ultramar foi facilitada pelo tempo de permanência que as unidades estiveram na AO. Neste sentido, era importante que os militares que estivessem na OB da CGerCIMIC e noutras funções ligadas ao CIMIC, se mantivessem pelo menos durante 2 anos, para que o *know how* desta área não se perdesse e fosse possível ser transmitido para os militares, que lhes fossem substituir.

Após as conclusões, e respondido ao problema levantado, apresentam-se algumas recomendações, entendidas como contributos, no sentido de propor algumas linhas de orientação para que em próximos documentos doutrinários sejam tidos em conta os seguintes aspectos, de forma a que se aumente a capacidade CIMIC nacional. Nesse sentido, iremos apresentar estas recomendações, sob as três componentes que apresentámos ao longo do trabalho: Doutrina, Formação e Treino e Forças.

Recomendações

Doutrina:

Embora tenhamos uma doutrina de referência, não devemos fazer uma “importação” cega e total da mesma, sem incluirmos a experiência e os conhecimentos já adquiridos nesta área, durante a guerra do Ultramar e as missões executadas pelas FND. Tomemos como exemplo, o Brasil que não adoptou este conceito e ficou com a sua doutrina de Assuntos Cíveis.

Deveria ser elaborada uma doutrina nacional conjunta de CIMIC, aprovada pelos Ramos, para permitir que os militares falassem todos a mesma “língua”, devendo esta ser ensinada desde das Academias e Escola Naval, pois a CIMIC faz-se a todos os níveis,

⁵⁶ Enfraquecer a vontade do inimigo/adversário, reforçar os sentimentos dos fiéis, estimular a cooperação dos simpatizantes e ganhar o apoio dos não alinhados (RO, 2005: 5-1).

⁵⁷ Nas áreas de línguas, Direito, Engenharia, Economia, Medicina, ...)



desde do soldado ao comandante. Apesar de termos os documentos OTAN como doutrina de referência, era crucial que houvesse uma doutrina conjunta à semelhança do que existe no RO do Exército, de Setembro de 2005, onde poderiam estar definidos os conceitos e o modo de emprego da CIMIC, o que iria facilitar o treino e a operacionalização da unidade que dispomos (CGERCIMIC). Assim, poderíamos também rentabilizar o trabalho desempenhado pelo elemento CIMIC de EM da FRI, (dado que este cargo é rotativo pelos 3 Ramos), tornando exequível a sua acção de planeamento para o Dest CIMIC existente na componente terrestre, quer nos exercícios em que a FRI participa, quer nas futuras operações que poderá ter de cumprir.

Apesar do IESM, neste momento, estar a trabalhar na elaboração de um manual de CIMIC, para que possa ser utilizado nos cursos que aqui se ministram, não nos podemos esquecer que este caminho também tem de ser feito pelos Ramos, no sentido de dar formação aos seus militares nesta área, desde do início da sua carreira militar.

Formação e Treino:

O NP é uma peça fundamental na implementação da doutrina CIMIC, por permitir que se atinjam os objectivos preconizados para a CGERCIMIC e para a componente CIMIC empregue nas FND e cargos internacionais. Para cumprir a sua missão de forma cabal, deveria ser constituído por militares dos três Ramos, mas pertencentes à OB da CGERCIMIC, onde deveriam ter como tarefas principais: planejar e conduzir os exercícios onde a componente CIMIC fosse empregue; acompanhar a evolução dos conceitos e doutrina CIMIC; coordenar actividades de formação e contactos com as entidades exteriores ao Exército (EMGFA, Ramos e MNCG); colaborar na instrução dos cursos na EPE e IESM; manter uma lista actualizada da OB da CGERCIMIC⁵⁸; prever a rotação dos militares que integram a CGERCIMIC de forma desfasada nos exercícios, salvaguardando sempre o nível de operacionalidade necessário, bem como o princípio da continuidade.

O facto de haver elementos dos 3 Ramos, certamente iria facilitar e agilizar a comunicação entre os Ramos, como é o caso do processo de convocação de militares, podendo este talvez ser abreviado. Neste momento, é necessário o CFT fazer um pedido ao EMGFA e deste para os Ramos respectivos, sendo depois feito, o caminho inverso.

Dado que o Exército é a EPR para a elaboração do estudo sobre a constituição da

⁵⁸ Através de uma análise elaborada pelo NP/CFT, verificou-se que para o ano de 2010, há falta de capitães para preencherem as vagas do QOP da CGERCIMIC (Oficiais de ligação e Chefes de Equipas CIMIC), segundo um *draft* com a listagem do pessoal possível de ser empenhado na OB. Desta forma, deveria ser dada prioridade aos capitães para a frequência dos cursos, até porque dos dois cursos previstos para este ano, um deles já foi cancelado, em virtude de não haver formadores na EPE para o ministrar.



CGerCIMIC, e o CFT é responsável por planear e conduzir o treino operacional e constitui-se como EPR para o planeamento e execução de todos os exercícios de nível Exército e para os exercícios conjuntos e combinados que lhe forem atribuídos, deveria elaborar o Plano de Formação e Treino Conjunto da CGerCIMIC, através do NP e sob a direcção do comandante da CGerCIMIC, mediante orientações do escalão superior, por forma a definir o trabalho a desenvolver pelos escalões subordinados (G9 das Brigadas) e também para os Dest CIMIC dos Ramos.

A CGerCIMIC pelo facto de ser uma unidade conjunta, necessita de uma grande coordenação com o EMGFA e com os outros Ramos, no que diz respeito à nomeação e gestão dos recursos humanos para a sua OB, o que faz com que o seu empenhamento tenha de estar bem definido. Com o Plano de Formação e Treino Conjunto da CGerCIMIC definido, o planeamento para obtenção destes recursos seria mais fácil e célere. Isto também é válido para os meios materiais, que a CGerCIMIC tem de ter.

Dado esta unidade ser conjunta, o esforço efectuado por parte do exército em incluir a CGerCIMIC também nos exercícios de Brigada, poderia ser tomado como exemplo para os exercícios do outros Ramos, nem que fosse apenas com o Comando da Companhia e/ou o respectivo Destacamento do Ramo.

Deveria haver uma semana de nivelamento anual, com todos os militares em OB, antes do exercício “Armageddon”, tendo em vista os objectivos a atingir, de forma a nivelar procedimentos, rotinas funcionais e o *battle rhythm*, além de uma familiarização com o exercício e com o *modus operandi* das equipas de funcionalistas especiais (que não pertencessem às FA).

Estas equipas de especialistas funcionais poderão ser oriundas do SNPC, do Planeamento Civil de Emergência (PCE)⁵⁹, da Polícia e até mesmo militares que estejam a trabalhar na área jurídica, financeira ou linguística (intérpretes). É claro que isto carecia de uma alteração da legislação actual, para ser exequível, além de uma coordenação entre ministérios (da Defesa e da Administração Interna).

Propõe-se que seja definido um nível mínimo de inglês para a frequência do curso CIMIC – nível tático-operacional, pois temos de conseguir comunicar com as pessoas na AO, além de que os militares em OB para cumprir os requisitos previstos nos *Job*

⁵⁹ Uma das tarefas do PCE é a coordenação do apoio civil às Forças Armadas, além da organização e preparação dos diferentes sectores estratégicos da Nação para fazer face a situações de crise e de guerra, de forma a contribuir para a garantia da liberdade da acção política e governativa, bem como para a segurança e o bem-estar das populações (Fonte: <http://www.cnpce.gov.pt/?planeamento-civil-emergencia>). A Comissão Nacional de PCE deveria definir o estatuto de emprego dos Especialistas funcionais, em coordenação com o Ministério da DN, assim como a nomeação dos mesmos.



Descriptions, deveriam ter níveis de inglês mais elevados em alguns casos. Assim, dever-se-ia aproveitar a semana de nivelamento anual para manter e incrementar o nível de inglês dos militares em OB.

Como forma de acrescentar “*know-how*” à companhia, pois esta também se caracteriza pelo potencial humano que dispõe, os militares que possuem formação e experiência internacional, para rentabilizar os conhecimentos adquiridos, deveriam ser colocados em funções ligadas a esta área, tais como no NP/CFT, nos G9 das Brigadas, na CGerCIMIC ou participar em actividades de partilha de conhecimentos, tais como seminários, palestras e conferências, especialmente nos cursos CIMIC. Deveria ser tido também em conta, qual o possível contributo dos militares que futuramente poderão adquirir estas experiências.

Forças:

Consoante o parecer do Gen VCEME, de 25MAI09, relativo à última CREVAL efectuada à CGerCIMIC, os militares que estão em OB deveriam garantir um ciclo de permanência na unidade, de forma a manter o estado de prontidão. Entenda-se por ciclo: 6 meses de pré-aprontamento (identificação dos militares e levantamento das necessidades de formação e treino), 4 meses de aprontamento (nomeação dos militares e frequência das acções de formação e treino) e 12 meses de *stand-by* (pessoal nomeado em OB).

Existe também a intenção do G9/CFT de sempre que haja necessidade de integrar elementos (militares) CIMIC numa FND, sejam nomeados aqueles que já pertençam à OB da CGerCIMIC, e caso seja necessário levar um Dest CIMIC, a nomeação deverá seguir o mesmo critério.

Até agora, o QOM tem sido disponibilizado exclusivamente pelo Exército, o que não espelha o “espírito conjunto” desta Unidade. Assim, para que não houvesse dúvidas relativas à cedência do material, a lista de distribuição do equipamento a fornecer por cada Ramo deveria ser aprovada por estes. Este QOM deveria também ser apenas fornecido oportunamente e de acordo com as necessidades da Companhia, quer para exercícios ou quer para operações.

Há que ter em conta que todas as conclusões apresentadas assim como as recomendações têm por base a documentação e informação recolhida até ao dia 07 de Maio de 2010.



Referências Bibliográficas

Documentos Oficiais

- BrigMec (2008). *Relatório de Primeiras Impressões (FIR) – Exercício “Armageddon 08”*. Proc 3.18.03. do Comando da Brigada Mecanizada de 21JUL08.
- Cargos Internacionais OTAN, da Repartição de Pessoal da Divisão de Recursos, versão de 18Jan10.
- CFT (2010). *Plano Integrado de Treino Operacional 2010 (PITOP 2010)*. Oeiras.
- CID (2008). *Avaliação da Prontidão para o Combate (CREVAL) à CGerCIMIC*. Informação n.º 20, Proc. 2221.00.443 da Repartição de Controlo de 19MAR08.
- CmdOp (2007a). *Directiva n.º 94/CEME/07 – Aprontamento das unidades do Exército que integram o núcleo inicial da FRI*. Oeiras, 02ABR07.
- CmdOp (2007b). *Directiva n.º 244/CEME/07 – Aprontamento dos militares do Exército que integram a CGerCIMIC*. Oeiras, 16OUT07.
- CmdOp (2007c). *Directiva n.º 34/CmdOp/07 – Aprontamento dos militares do Exército que integram a CGerCIMIC*. Oeiras, 17OUT07.
- CmdOp (2008). *CREVAL da IGE à CGerCIMIC*. Informação n.º 245/Inspeção, Proc. 04.02.01, de 06OUT08.
- CmdOp (2009). *Avaliação da Prontidão para o Combate (CREVAL) à CGerCIMIC*. Informação n.º 174, Proc. 13.61.99. da Repartição de Operações de 05JUN09.
- COFT (2006). *Companhia Geral CIMIC*. Informação n.º 4197, Proc. 9.12.02.05 da Repartição de Assuntos Cíveis de 29DEZ06.
- Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (1993). *Plano “REGRESSO”*. Lisboa, 19JUL93.
- COp (2007). *Plano Administrativo – Logístico “PANTERA” – CGerCIMIC*. Oeiras, 02DEC07.
- DARH (2008). *Comunicação de Despacho*. Nota n.º 10659, Proc.: 22.90/SGO/QP/VF da RPM/DARH/Cmd Pess de 08MAI08.
- Decreto-Lei 48/93 - *Lei Orgânica do EMGFA*, Diário da República, I série-A, n.º 48 de 26FEV93.
- Decreto-Lei 49/107, Diário da República, I série, n.º 157 de 07JUN69.
- Decreto-Lei n.º 234/2009 - *Lei Orgânica do EMGFA*, Diário da República, I série, n.º 179 de 2009, 15SET09.
- EME/DO (2003). *Directiva n.º 04/VCEME/03 – Desenvolvimento da capacidade CIMIC no Exército*. Lisboa, 23JUL03.



- EMGFA (2001a). *Directiva n.º 05/CEMGFA/01 – Directiva para Forças de Reacção*. Lisboa, 12MAR01.
- EMGFA (2001b). *Directiva n.º 21/CEMGFA/01 – Directiva de Prontidão e Sustentação*. Lisboa, 24OUT01.
- EMGFA (2005a). *Alteração n.º 01 à Directiva n.º 05/CEMGFA/01 – Força de Reacção Imediata*. Lisboa, 07JUN05.
- EMGFA (2005b). *Relatório n.º 15/DPE/05 da reunião de trabalho sobre a capacidade CIMIC*. DIPLAEM, Pº 70.50.00 de 16MAI05.
- EMGFA (2007). *Directiva Operacional n.º 25/CEMGFA/07 – Aprontamento da Companhia Geral CIMIC*. Lisboa, 08NOV07.
- EMGFA (2008). *Acta da reunião de trabalho sobre a avaliação efectuada à CGerCIMIC no exercício “Armageddon 07”*. DIPLAEM, 16 e 17ABR08.
- EMGFA (2009). *CGerCIMIC*. Mensagem n.º 8030 da DIOP, 12NOV09.
- IGE (2008). *Relatório sobre a Avaliação da Prontidão para o Combate (CREVAL) n.º 10/08 à CGerCIMIC*. IGE, 02 a 03JUL08.
- IGE (2009). *Relatório sobre a Avaliação da Prontidão para o Combate (CREVAL) n.º 05/09 à CGerCIMIC*. IGE, 20 a 26ABR09.
- MDN (2004). *Sistema de Forças Nacional – Componente Operacional (SFN 04 - COP)*. Definido em CSDN, 21OUT04, p. B-20.
- Plano Médio e Longo Prazo 2007-2024 do Exército. Lisboa, 24JUL07.
- Quadro Orgânico de Material da CGerCIMIC, n.º 24.0.58, aprovado pelo GEN CEME em 23NOV07.
- Quadro Orgânico de Pessoal da CGerCIMIC, n.º 24.0.58, aprovado pelo GEN CEME em 28DEZ05.
- Quadro Orgânico de Pessoal do Comando Operacional, n.º 14.2.00, aprovado pelo GEN CEME em 27MAI06.
- Quadro Orgânico do Comando e Companhia de Comando e Serviços da Brigada Mecanizada, n.º 24.0.00, aprovado pelo GEN CEME em 15FEV06.
- Quadro Orgânico do Comando e Companhia de Comando e Serviços da Brigada de Intervenção, n.º 24.0.10, aprovado pelo GEN CEME em 15FEV06.
- Quadro Orgânico do Comando e Companhia de Comando e Serviços da Brigada de Reacção Rápida, n.º 24.0.20, aprovado pelo GEN CEME em 15FEV06.



Livros

- Academia Militar (2010). *A Academia Militar e a Guerra de África*. Lisboa: Academia Militar, Seminário em 08MAI2009.
- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos (2000). *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias, NOV2000.
- CID (2001). *Guia do Graduado CIMIC*, Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz. Lisboa: CAVE.
- COUTO, Coronel Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso*, Volume I. Lisboa: IAEM.
- EME (1963). *O Exército na Guerra Subversiva*, Volume IV – Apoio às Autoridades Cíveis. Lisboa: EME.
- EME (1987). *Regulamento de Campanha 130-1 - Operações*, Volume II, Cap. XVIII – Operações Cíveis-Militares. Lisboa: EME (OUT1987).
- EME (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), 1º Volume – Enquadramento Geral, 2ª Edição. Lisboa: EME, 1988.
- EME (2005). *Regulamento de Operações*, Cap. VIII – Cooperação Civil-Militar. Lisboa: EME, SET2005.
- EMGFA (1999). *Projecto de Doutrina Conjunta – Cooperação Civil-Militar (CIMIC)*.
- IAEM (1976). *ME-1500: 5ª Repartição (Assuntos Cíveis/Relações Públicas e Operações Psicológicas)*. Lisboa: IAEM
- IAEM (1982). *ME-520000: 1ª Parte - Assuntos Cíveis e 3ª Parte - Anexos*. Lisboa: IAEM.
- IAEM (1996). *As Campanhas de África e a Estratégia Nacional*. Lisboa: IAEM, Seminário em 11 a 13DEZ1996.
- IAEM (2000a). *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. Edições Atena, Lda e IAEM, MAR2000.
- IAEM (2000b). *ME 10-00-06: Manual do Oficial de Estado-Maior (Estudos, Planos/Ordens e Anexos, Registos e Relatórios)*. Lisboa: IAEM, OUT2000.
- IESM (2006). *ME 10.00.10: Manual do Processo de Decisão Militar*. Lisboa: IESM, JUL06.
- NORTH ATLANTIC MILITARY COMMITTEE (2001). *MC 411-1 - NATO Military Policy On Civil-Military Co-Operation*, JUL01.
- OTAN (2003). *AJP-09 - NATO Civil-Military Co-Operation Doctrine*, JUN03.
- OTAN (2009). *AAP-6 - NATO Glossary Of Terms And Definitions (English And French)*,



28ABR09.

- *SHAPE* (2003). *ACO CIMIC Tactics, Techniques and Procedures. ACO Manual, Number 86-1-1. Supreme Headquarters Allied Powers Europe B-7010, Belgium.*
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (2009). *Contributos para uma Política de Defesa – Julho de 2006 a Julho de 2009.* Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Teses, Monografias e Dissertações

- FONSECA, TCor Eng José (2003). *A Cooperação Civil-Militar (CIMIC).* Revista “*O Almourol*”, n.º 20, p. 30-31.
- MENEZES, MGEN António Xavier Lobato de Faria (2010). *Conclusões do Seminário realizado na Academia Militar em 28MAI2010, com a temática “A Academia Militar e a Guerra de África”.*
- NUNES, MAJ José Manuel Vinhas (2003). *A Cooperação Civil-Militar (CIMIC) em apoio das operações militares no Exército Português.* Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual de Investigação do Curso de Estado-Maior (2001/2003).
- RODRIGUES, MAJ Inf Jorge Manuel de Sousa (2009). “*Insurgência*” ou “*Subversão*”? *Contributos para a compreensão e enquadramento actual.* Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. Trabalho Individual de Investigação do Curso de Estado-Maior Conjunto.
- SANTO, GEN Gabriel Augusto do Espírito (2009). *Cooperação Civil-Militar na Contra-Insurreição: Leste de Angola, 1971-1973.* Revista Militar n.º 2487 – Abril de 2009, II Século – 61º Volume – N.º 4. Lisboa.
- SERAFIM, COR José Domingos Canatário (1999). *A Cooperação Civil-Militar (CIMIC) nas Operações de Apoio à Paz – Conceitos, Princípios e Estruturas.* Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares. Trabalho Individual de Longa Duração do Curso de Comando e Direcção (1998/1999).
- TELO, Professor Doutor António José Barreiros (2010). *Portugal e a Guerra de África – Enquadramento internacional e situação política nacional.* Seminário realizado na Academia Militar em 08MAI2010, com a temática “A Academia Militar e a Guerra de África”.



Entrevistas

- ALVES, TCor Art Mariano, G9 da BrigInt. Realizada em 02 de Abril de 2010.
- COUTO, TCor Eng Fausto Manuel Vale do, actual Comandante da CGerCIMIC. Realizada em 11 de Fevereiro de 2010, no RE1.
- SANTO, General Gabriel Augusto do Espírito. Realizada em 02 de Fevereiro de 2010, no IESM.

Seminários, Palestras e Conferências

- ANDRADE, TCOR Cav Marcos de, *CIMIC Staff Officer do JHQ Lisbon*. Palestra realizada no IESM em 22MAR10, no âmbito do Curso CIMIC 2010, com a temática “*CIMIC no nível operacional*”.
- CARVALHO, MAJ Inf Jesus, NP da CGerCIMIC/G9 do CFT. Palestra realizada no IESM em 19MAR10, no âmbito do Curso CIMIC 2010, com a temática “*CIMIC as Forças Armadas Portuguesas*”.
- COUTO, TCOR Eng Fausto, Comandante da CGerCIMIC. Palestra realizada no IESM em 19MAR10, no âmbito do Curso CIMIC 2010, com a temática “*CIMIC as Forças Armadas Portuguesas*”.
- CURRO, TCOR Inf Varela, Professor na Área de Ensino da Administração do IESM. Palestra realizada no IESM em 26FEV10, no âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto 2009-2010, com a temática “*A CIMIC no Processo de Planeamento Operacional*”.
- LOUSADA, TCOR Inf Abílio Pires (2010). *A estratégia militar portuguesa na guerra do Ultramar - 1961-1974*. Colóquio realizado no IESM em 22FEV10, com a temática “*Estratégia, Diplomacia e Guerras Coloniais portuguesas*”.
- RIBEIRO, CMG Sousa, CJ 2001 do MNCG. Palestra realizada no IESM em 25MAR10, no âmbito do Curso CIMIC 2010, com a temática “*Multinational CIMIC Group*”.
- SANTO, GEN Espírito. Palestra realizada no IESM em 26MAR10, no âmbito do Curso CIMIC 2010, com a temática “*Assuntos Cíveis na Guerra do Ultramar*”.



Sítios na Internet

- Academia da Força Aérea. [em linha] [Referência de 05 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.emfa.pt/www/po/afa/index.php?idmenu=001&lng=pt&op=0>>.
- Academia Militar. [em linha] [Referência de 05 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.academiamilitar.pt/>>.
- Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência. [em linha] [referência de 20 de Abril de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.cnpce.gov.pt/?planeamento-civil-emergencia>>
- Escola Naval. [em linha] [Referência de 05 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em: <http://escolanaval.marinha.pt/PT/Pages/escolanaval_homepage.aspx>.
- Estado-Maior General das Forças Armadas. [em linha] [referência de 8 de Novembro de 2009]. Disponível na internet em: <<http://www.emgfa.pt/pt/search/>>
- Exército Português. [em linha] [Referência de 19 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <[http:// www.exercito.pt](http://www.exercito.pt)>.
- Força Aérea. [em linha] [Referência de 05 de Abril de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.forcaaerea.pt/www/subgrupos.php?cod=015.010&lang=pt>>.
- Guerra Colonial: 1961-1974. [em linha] [referência de 25 de Fevereiro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.guerracolonial.org/home>>
- *Joint Analysis Lessons Learned Center*, [em linha] [Referência de 24 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.jallc.nato.int/>>.
- Marinha. [em linha] [Referência de 17 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.marinha.pt/Marinha/pt>>.
- Ministério da Defesa Nacional. [em linha] [Referência de 18 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <[http:// www.mdn.gov.pt](http://www.mdn.gov.pt)>.
- *Multinational Cimic Group*. [em linha] [referência de 28 de Março de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.cimicgroupsouth.org/eng/index.html>>
- *Nato School*. [em linha] [referência de 31 de Janeiro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.natoschool.nato.int/academics.asp>>



LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Entrevista ao Sr. Gen Espírito Santo

APÊNDICE 2 – Entrevista ao Sr. TCor Eng Vale do Couto

APÊNDICE 3 – Entrevista ao Sr. TCor Art Mariano Alves

APÊNDICE 4 – Quadro "comparativo" dos ambientes operacionais em estudo



APÊNDICE 1 – Entrevista ao General Gabriel Augusto do Espírito Santo

Realizada em 02 de Fevereiro de 2010, no IESM.

Funções: Professor da Cadeira de AssCiv no IAEM

Chefe da Secção de Acção Psicológica e AssCiv do EM do Comando da Zona Militar Leste em Angola em 1971-73

Q1: Além do avanço tecnológico, do aumento dos actores e da pressão da opinião pública, considera que o ambiente operacional actual em que as nossas FND actuam (Afeganistão, Bósnia, Kosovo, Líbano, ...) alterou-se em muito em relação ao ambiente vivido no TO de Angola?

Q2: Quais as lições identificadas e/ou aprendidas da Guerra do Ultramar na área dos Assuntos Cíveis (só na vertente de apoio de comando)?

Q3: Quais os possíveis contributos do conceito nacional sobre Assuntos Cíveis (só na vertente de apoio de comando) que podem ser adaptados para a doutrina militar nacional CIMIC?

Q4: Em que documentos se baseava a doutrina de Assuntos Cíveis seguida pelo Exército? E na Marinha e Força Aérea?

Q5: Qual era a formação destas equipas de especialistas das Unidades de AssCiv?

Q6: O actual ambiente operacional é influenciado pela CIMIC?

As respostas às questões aqui enunciadas estão vertidas no trabalho.



APÊNDICE 2 - Entrevista ao TCor Eng Fausto Manuel Vale do Couto

Realizada em 11 de Fevereiro de 2010, no RE1.

Funções: Comandante da CGerCIMIC

Q1: Com a certificação nacional da CGerCIMIC, vê num futuro próximo, o emprego da Companhia ou parte dela em alguma operação?

Q2: Quais as propostas para um melhor desempenho desta Companhia, quer em operações, quer em exercícios?

Q3: Acha que era benéfico se o QOM fosse cedido apenas pelo Exército?

Q4: Estando a CGerCIMIC em OB e dado que a nomeação de pessoal não compete ao comando da Companhia, como é que é definido quem vai tirar os cursos desejáveis ou essenciais ao estrangeiro, especialmente aqueles que estão prescritos nos *Job Descriptions*?

Q5: Como se justifica a CGerCIMIC estar localizada no RE1, parte da sua formação estar atribuída à EPE e o seu comando atribuído ao 2ºCmdt do RE1?

Q6: Se a componente CIMIC existente nas FND e na FRI fossem oriundos da OB da CGerCIMIC, estes estavam aptos para cumprir a missão atribuída no âmbito dos compromissos internacionais assumidos e das missões atribuídas?

Q7: O actual ambiente operacional é influenciado pela CIMIC?

As respostas às questões aqui enunciadas estão vertidas no trabalho.



APÊNDICE 3 - Entrevista ao TCor Art Mariano Alves (G9 da BrigInt)

Realizada em 02 de Abril de 2010.

Formação: Curso *NATO Exercise Planning Course* e Curso CIMIC (tático-operacional) realizado no IESM

Funções: Oficial CIMIC do Agr A em 1998; Oficial de AssCiv do Comando do Sector Central/UNTAET em 2000; Adjunto da Repartição de AssCiv do COFT no período de 2003 a 2006; Staff Officer no G9 do ARRC, de 2006 a 2009, tendo neste período assumidas funções no âmbito das operações do G9 da ISAF IX.

Q1: Neste momento, quais são os trabalhos desenvolvidos na área CIMIC, dado que a sua célula G9 também é responsável pela Informação, Protocolo e Relações Públicas?

Q2: Dado que ainda não há um Plano de Formação e Treino para a CGerCIMIC, como é que é feita a orientação dos trabalhos e tarefas desenvolvidas na área CIMIC pelo G9?

Q3: Face à sua experiência, considera que os cursos CIMIC ministrados na EPE (nível tático) e no IESM (nível tático-operacional) são suficientes para o desempenho de cargos internacionais e/ou funções nas FND na área CIMIC?

Q4: Após o desempenho dos cargos internacionais na área CIMIC, qual deveria ser o contributo destes militares para a CGerCIMIC?

Q5: Considera que o ambiente operacional é influenciado pela CIMIC?

Q6: Na sua opinião, a componente CIMIC consegue desempenhar cabalmente a sua missão nas FND e nos cargos internacionais? Ou precisa obrigatoriamente da formação ministrada nos cursos CIMIC e se possível, complementar a sua experiência com uma “passagem” pela CGerCIMIC?

Q7: Em virtude de ter uma vasta experiência profissional neste campo, considero que seja uma das poucas pessoas que consiga contribuir para a resposta a esta pergunta: Quais são os contributos da antiga doutrina de AssCiv para a actual doutrina CIMIC?

As respostas às questões aqui enunciadas estão vertidas no trabalho.



APÊNDICE 4 – Quadro "comparativo" dos ambientes operacionais em estudo

	África (Guerra do Ultramar)	Século XXI (Angola, Moçambique, Bósnia, Kosovo, Timor, Líbano e Afeganistão)
Objectivos Nacionais	<ul style="list-style-type: none">Defesa e posse do território nacionalPrioridade nacional em detrimento das OI (OTAN, EU, ONU)Políticas geradoras de segurança e bem-estar	<ul style="list-style-type: none">Cumprimento dos compromissos internacionais assumidos (OTAN, ONU, UE)Necessidade de legitimação na intervenção efectuada (Mandato ou Resolução e ROE) - mais limitados nas suas acções e operaçõesProibição/Limitação do uso da força
Objectivos Militares	<ul style="list-style-type: none">Defesa das províncias ultramarinasA manobra militar só por si não conduz ao sucessoUnidades militares com carácter expedicionárioConquista dos corações e mentes das populaçõesAcção dos militares no apoio civil	<ul style="list-style-type: none">Conflitos com difícil resolução militarPopulação como centro de gravidadeConquista dos corações e mentes das populações – credibilidade e protecção da forçaAceitação da força atenua a imagem de força ocupanteVisibilidade da força e do paísMilitares devem compreender e respeitar as leis, usos e costumes locais;Política de zero baixas
Ameaça	<ul style="list-style-type: none">Inimigo invisível e disseminado no meio da população.Movimentos de libertaçãoGuerra subversiva	<ul style="list-style-type: none">Ameaça global (está em todo o lado e pode atacar tudo e todos)Grupos terroristasActividades criminosasOperações de Resposta a CrisesRiscos de danos colaterais (baixas civis, opinião pública)
Área de Operações	<ul style="list-style-type: none">Diversidade do terreno, climas e vegetação;Infra-estruturas escassas e em mau estado, especialmente, as vias de comunicação;Impacto das operações militares na população - aldeamentos⁶⁰Necessidade de controlo das fronteiras;Três TO, descontínuos e distantes da metrópole;Desproporção entre dimensão territorial e meios disponíveis;Empenhamento nas operações de apoio à população era inversamente proporcional às operações de contra-subversão	<ul style="list-style-type: none">Diversidade do terreno, climas e vegetação;Infra-estruturas escassas e em mau estado, especialmente, as vias de comunicação;Impacto das operações militares na populaçãoAmbiente complexo e integradoMovimentos de refugiados e deslocadosDeclínio das fronteirasPresença de diversos actores (OI, OG/ONG) com agendas diferentesPresença de actores não estatais (senhores da guerra, extremistas religiosos)Presença constante dos OCS (mediatização do conflito)Terreno complexo, nomeadamente urbanoSustentação logística apoiada nas estruturas existentes (UE, OTAN, ONU)Empenhamento maior das actividades CIMIC durante a fase descendente do conflito

⁶⁰ A 1ª experiência ocorreu em Angola, no final de 1961, no distrito de Uíge, quando se agruparam as pessoas que tinham fugido, (para se furtarem da acção do inimigo ou com medo das represálias das nossas tropas), em aldeamentos, nos quais o Estado proporcionava condições básicas de vivência comunitária (EME, 1988: 123).



Informação	<ul style="list-style-type: none">• Contra-informação essencial na contra-subversão• Recurso às mais diversas fontes de informação• Esforço de pesquisa não só orientado para inimigo e terreno, mas também, e essencialmente, para a população• Comunicação mais acessível – falava-se Português• Forças mantinham-se no terreno por anos – consolidação das relações (confiança e amizade)	<ul style="list-style-type: none">• As informações são essenciais assim como a contra-informação• Acesso à informação funciona como um acelerador/travão da opinião pública• Globalização dos “<i>media</i>” constitui-se como uma poderosa arma dos insurgentes. Destaque para a Internet• Recolha, fusão e partilha da informação como factor-chave do sucesso• Necessidade de intérpretes (Inglês, ...)• As missões são geralmente de 6 meses, o que dificulta a confiança e amizade
Tecnologia	<ul style="list-style-type: none">• Aerograma (8 dias para chegar ao destinatário)• Equipamento entre Ramos não era inter-operável (ex.: meios rádio)• Baixa quantidade e nível de equipamento e armamento	<ul style="list-style-type: none">• Internet como meio de comunicação• Superioridade tecnológica não conduz à vitória militar• Grande avanço tecnológico• Tecnologia como alavanca da <i>performance</i> operacional e factor de dependência• <i>Gap</i> tecnológico entre forças aliadas
Unidade de Esforço	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de um elevado volume de recursos humanos (militares conscritos com comissões de serviço +/- de 2 anos)• Recursos económicos dispendidos não só para apoio das operações militares, mas também, para apoio à população• Os três Ramos estão separados, não têm um comando conjunto	<ul style="list-style-type: none">• Funções logísticas em destaque: transporte, abastecimento, evacuação e hospitalização, manutenção e serviços, apoiadas no avanço tecnológico• Recursos humanos e financeiros reduzidos ao essencial• Comando Conjunto (três Ramos)



LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Áreas e especialidades funcionais

ANEXO B – Comandos de unidades e unidades de AssCiv na Zona de Combate



ANEXO A – Áreas e especialidades funcionais

Área Funcional	Subáreas	
Administração e Governo	<ul style="list-style-type: none">➤ Protecção Civil➤ Trabalho➤ Justiça➤ Administração➤ Educação➤ Finanças➤ Saúde➤ Segurança	O seu principal objectivo é a formação ou restauração da estabilidade governamental na AO.
Economia	<ul style="list-style-type: none">➤ Abastecimento Público➤ Comércio e Indústria➤ Alimentação e Agricultura➤ Controlo de Propriedades	Todas estas funções estão relacionadas com a estrutura de uma área e visam não só a obtenção de recursos locais para as operações, mas também a responsabilidade dos comandantes, no domínio económico, para com as populações locais e as respectivas administrações.
Serviços de Utilidade Pública	<ul style="list-style-type: none">➤ Comunicações➤ Transportes Públicos➤ Outros Serviços de Utilidade Pública	O seu objectivo é assegurar a utilização dos serviços públicos locais em apoio das operações militares ou promover o restabelecimento e desenvolvimento destes serviços, de acordo com a autoridade local e conforme apropriado.
Serviços Especiais	<ul style="list-style-type: none">➤ Artes➤ Monumentos e Arquivos➤ Informação Pública➤ Assuntos Culturais➤ Deslocados, Refugiados e Evacuados➤ Tradutores e intérpretes➤ Diversos	Estas subáreas são as que se relacionam com as pessoas, com os seus direitos, liberdades e garantias, a sua cultura, a sua protecção e a sua religião. De notar que a forma como estas subáreas for tratada, poderá conduzir a atitudes de apoio ou de hostilidade por parte da população.

(Fonte: RC 130 – 1, Cap 18, 18-5)



ANEXO B – Comandos de unidades e unidades de AssCiv na Zona de Combate⁶¹

Caso sejam constituídos, existem os seguintes Comandos (Cmd) de unidades e unidades de AssCiv:

- Cmd de Área de AssCiv: Serve o Cmd do TO ou o Cmd de AssCiv;
- Brigada de AssCiv: É a maior unidade atribuída ao Exército de Campanha. Pode comandar 6 Batalhões (Bat);
- Cmd de Brigada (Brig) de AssCiv: Pode controlar 6 Cmd de Agrupamento (Agr) ou de Batalhão;
- Cmd de Agr de AssCiv: São constituídos quando as Brigadas não podem comandar todos os Bat existentes, por o número exceder a sua capacidade de comando. Os Agrupamentos são empregues apenas na Zona de Comunicações. Podem controlar 6 Bat;
- Batalhão de AssCiv: É a maior unidade atribuída ao Corpo de Exército ou Divisão Independente. Pode comandar até 6 Companhias de AssCiv, além das equipas funcionais;
- Companhia (Comp) de AssCiv: São constituídas por um Cmd, por um Pelotão de Cmd, por Pelotões e por equipas funcionais;
- Cmd de Comp de AssCiv: Apoia normalmente um Divisão (Div) ou Brig Independente e pode controlar 10 Pelotões de AssCiv;
- Pelotão de AssCiv: Dado que a autoridade de AssCiv não é normalmente delegada a escalões inferiores a Div, os Pelotões de AssCiv raramente actuam independentes da Comp, ainda que sejam destacados para as áreas das Brigadas de Combate e da retaguarda da Div;
- Cmd de Pelotão de AssCiv: É a mais pequena unidade de AssCiv. Apoia normalmente uma Brig e pode actuar só ou com várias equipas funcionais, no máximo de 10.

Todos estes comandos, a partir de Agr, podem ter na sua directa dependência, equipas funcionais, além das unidades que normalmente comandam.

Ainda existem os Dest de AssCiv, que consistem em equipas de 7 homens, utilizada para apoiar alguns tipos de operações móveis, de defesa interna e outras. Estas equipas têm a capacidade para prestar assistência, supervisionar, aconselhar ou dirigir as actividades de Governo Civil.

Por vezes, as actividades de AssCiv podem exigir que sejam apoiadas através de outros elementos que prestam determinados serviços⁶², tais como apoio sanitário, transmissões, OpPsi, engenharia, intendência, informações, polícia do exército, transportes, etc.

⁶¹ Conforme ME – 1500, 1976: 9-10.

⁶² Conforme ME 1500, 1976: 14-17.